

1. APRESENTAÇÃO

*“Começo esta poesia
Com muita dignidade
É o jovem camponês
E o jovem da cidade
Na luta pelos direitos
Por outra realidade*

*A juventude do campo
Vive sempre excluída
Sem direito ao trabalho
Isso a torna oprimida
Mas os jovens se reúnem
Seja em grupo ou mutirão
Dentro da organização
Se encontra uma saída “...*

Esse trecho da poesia de Severino Santos Terto descreve bem o meu olhar neste trabalho. Procuramos compreender a história dos jovens¹ rurais que, seja pela escassez de políticas públicas, pelo desfavorecimento socioeconômico, ou pelos estereótipos negativos relacionados a esses sujeitos, ainda sofrem exclusão ou invisibilidade social, constituindo-se um “objeto” de poucas referências no meio acadêmico (WEISHEIMER, 2005).

As linhas que traçaram a trajetória desse estudo surgiram durante o meu percurso no mestrado, através do contato com um projeto de extensão universitária no âmbito do qual foi desenvolvida a pesquisa: “Vivendo no mundo rural: educação coletiva e identidade social”, em que atuei como voluntária. O estudo foi norteado “pela proposta de construção da identidade campesina em território rural, especificamente entre a população juvenil oriunda do modelo sócio-tradicional das pequenas comunidades rurais e modo de produção

¹ Quando utilizo a palavra jovens, refiro-me a jovens do sexo masculino e do sexo feminino.

essencialmente agrícola no norte do estado do Espírito Santo. O Projeto de Intervivência Universitária (PIU) foi realizado na Escola Família Agrícola de Jaguaré e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) proporcionando a 30 jovens rurais, com idades entre 14 e 18 anos, provenientes de um modo de vida rural e comunitário, uma experiência positiva junto ao espaço universitário, promovendo um espaço de debate e desmistificação dos clássicos estereótipos que tipificam a categoria social campesina” (SOUZA e BONOMO, 2009).

A Escola Família Agrícola de Jaguaré (EFAJ) teve início na década de 1970 através das lideranças comunitárias do norte do estado, estimuladas pelo movimento da Pastoral Social da Igreja Católica, preocupadas com a situação dos agricultores que estavam vivendo sob a pressão dos grandes projetos de desenvolvimento agrícolas para venderem suas terras e irem para outros centros urbanos. Portanto, o papel da escola, desde a sua criação, é propiciar uma formação que atenda e incentive os jovens e as famílias rurais a trabalharem a agricultura de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e a vida, e a resolver seus problemas de infraestrutura, tecnologia, agregação de valores aos seus produtos e dinamismo para atender às constantes mudanças do meio rural.

A EFAJ oferta o ensino médio integrado à educação profissional com habilitação em técnico em agropecuária. Os estudantes são filhos de famílias de pequenos e médios agricultores, meeiros e assentados que valorizam o campo e que optam por esse sistema de educação porque possibilita uma formação integral e o acesso ao conhecimento de tecnologias para o desenvolvimento rural e a produção familiar. Além disso, o jovem desenvolve os estudos integrados com

o trabalho numa reflexão entre a teoria e a prática dinamizada pela Pedagogia da Alternância².

Penso que pela diversidade do grupo e o envolvimento tanto dos integrantes da pesquisa, quanto dos jovens nas atividades realizadas pelo PIU, as experiências foram muito ricas, tanto que me perco ao retratá-las. Confesso que nos primeiros encontros, apesar de não ser essa a proposta do trabalho, o que me motivava era a possibilidade de ensinar a esses jovens. Afinal, como professora, sempre acho que tenho algo a acrescentar, a desenvolver! Quanto engano! Quanta aprendizagem! Quanta possibilidade de construção com saberes tão diversos e ao mesmo tempo tão confluentes!

Aqueles “meninos” e “meninas” se transformavam em minha frente, nas discussões promovidas, novas ideias trazidas e tradições resgatadas pelos grupos de agroecologia, agrotóxicos, brincadeiras, Folia de Reis, culinária regional, e luta pela terra e resistência que retratam as duas comunidades (indígena e assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). As reflexões eram profícuas, o conhecimento fluía nas palavras, e propostas daqueles jovens, ratificando as palavras de Paulo Freire de que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

A partir desse contato com os jovens rurais e com temas relacionados à ruralidade emergiram inúmeras questões, que não poderão ser esgotadas em

² No sentido geral, alternância significa, segundo Calvó, um “conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio sócio profissional (seja na própria família ou na empresa) e a escola. Isto sempre dentro de uma interação educativa escola-meio” (CALVÓ, 1999, p. 17). Portanto, a alternância como estratégia de escolarização possibilita aos jovens que vivem no campo, conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural.

uma dissertação de mestrado, mas que aumentaram o meu interesse em conhecer empiricamente essa realidade e esses sujeitos que “devem ser ouvidos, têm vontade, têm capacidade de se expressar e, portanto, não podem ser objeto de um poder ilimitado de quem quer que seja” (ADORNO, 2002, p. 101-102).

Reconheço que a delimitação do tema e do grupo a ser pesquisado não foi simples, pois, além de haver muitas possibilidades, o desejo de fazer um trabalho que preenchesse sua função social, ou seja, a de avançar na produção do conhecimento era muito grande. Sentia-me responsável e estreitamente envolvida com a pesquisa, a ponto de preocupar-me se conseguiria retratar esses jovens rurais de uma maneira fidedigna.

Mas o tempo foi passando e precisava de definições, afinal havia prazos a cumprir; prazo para os créditos, prazo para a qualificação, prazo para coleta, prazo para a defesa, prazo para criar (sim, a sua capacidade criativa também está vinculada há prazos!). Enfim, os prazos existem, e eles vencem! Ou melhor seria dizer, eles te vencem!

Portanto, após algumas orientações e incertezas, optamos pelo presente estudo que pretende conhecer, descrever e analisar os processos que constituem a identidade social de jovens rurais, sendo parte desses jovens rurais residentes em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizado no interior do município de Itapemirim e parte desses jovens filhos de pequenos produtores rurais residentes no interior do município de Castelo, ambos no Estado do Espírito Santo. Ressalto que todos os participantes da pesquisa são alunos do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra Capixaba.

Nesta curta e árdua caminhada do mestrado, lancei-me afoita na aventura de investigar sujeitos tão próximos, mas ao mesmo tempo distantes de mim. A proximidade se dá ao levarmos em consideração, a estreiteza da faixa etária entre a pesquisadora e alguns jovens investigados, nos sonhos compartilhados e nos muitos objetivos de vida com os quais me identifiquei. Porém, a diversidade se mostrava na distância das nossas experiências, e em uma certeza que me perseguia a cada nova imersão no campo e, como disse um dos jovens, “a vida é mais dura para quem é da roça, do que para quem é da cidade”.

Para organizar esse trabalho, abordarei na parte introdutória a Teoria das Identidades Sociais, demonstrando ao leitor o ponto de vista teórico em que me baseei para abordar os processos, e as construções identitárias. Abordarei também questões referentes à juventude e suas concepções, uma vez que busquei conhecer sobre as vivências dos jovens rurais. Finalmente, farei um breve histórico sobre o Movimento dos Trabalhados Rurais Sem Terra, e a ocupação do Assentamento Nova Safra, visto que parte dos jovens pesquisados, residem nesse Assentamento.

Compartilho, portanto, por meio dessa dissertação, um pouco da minha experiência como pesquisadora, das minhas impressões e sentimentos, na esperança de que além de cumprir a sua função social, esse trabalho sensibilize o leitor para os jovens rurais, e para a importância de políticas públicas destinadas a esses sujeitos, pois os vejo como capazes de interferir ativamente no meio social, transformando e construindo o cotidiano, porém, para que isso seja possível, há que se ter acesso a oportunidade de maior inserção e mobilidade social.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Identidade social e processos identitários: questões conceituais

Diante das diversas mudanças da atualidade, como a globalização, um rápido desenvolvimento tecnológico pelo qual entramos na era digital, com grande quantidade de informações e redes de conhecimento cada vez mais complexas e uma infinidade de alterações econômicas, temos experimentado a diminuição das fronteiras mundiais.

Paradoxalmente a esse contexto que apregoa a inclusão e a ausência de barreiras, temos outra face desta realidade, que apresenta conflitos socioculturais que geram violência, preconceito e desigualdades sociais, observadas no cotidiano, principalmente das populações excluídas socialmente e que não conseguem lidar “com a mudança rápida, abrangente e contínua” (HALL, 2000, p.15) sendo que alguns sequer alcançam condições básicas de sobrevivência. Nesse universo de desigualdades e incongruências os processos identitários vão se construindo, e os sujeitos forçosamente assumem novos papéis para adaptarem-se a esse contexto.

A discussão sobre processos identitários abordando aspectos conceituais, provoca, inicialmente, a necessidade de compreensão do que chamamos de identidade. Procurando não apenas a igualdade do sujeito - pois em sua etimologia *-identitate* (do latim) é a qualidade de idêntico, inúmeros

são os estudos que concebem a identidade em um sentido amplo, ou seja, com a noção de que “identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto, é metamorfose” (CIAMPA, 1987, p.74). Afinal as vivências cotidianas requerem escolhas, novas construções e produções e, conseqüentemente, movimento.

Para Ciampa (2004), ao descrevermos a identidade não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos - biológicos, psicológicos, sociais e etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro esse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria sua identidade, visto que há um entrelaçamento desses dois aspectos. Grosso modo, para o autor a identidade não é dada, mas sim, vai se dando, ou seja, se construindo ao longo das transformações do indivíduo.

Desse modo a identidade é resultado de um processo dialético e, apesar de sua constância, está imbuída de flexibilidade, depende das relações entre o homem e seu interatuar com a história e o social, pois ele não é sujeito passivo, “um personagem substancial, traduzível por proposições substantivas, ele é uma personagem ativa, traduzível por proposições verbais. O indivíduo não é mais algo; ele é o que ele faz” (CIAMPA, 1987, p. 35).

Destacam-se nesse sentido, duas noções pertinentes ao conceito de identidade (ou identidades): a de igualdade e a de diferença, pois ao mesmo tempo em que o homem é um ser que possui uma singularidade e uma unicidade, ele também é um ser geral, possuindo traços comuns ao grupo social, podendo ter um sentimento de pertença a um determinado grupo, e de

não pertença a outro. Resgatamos o conceito de Heller (1992) que define o ser humano como particular e genérico, em que o seu particular remete-se a aquilo que o torna único, ou seja, seus sentimentos, desejos e necessidades, e o genérico é o que se direciona ao gênero humano.

Por conseguinte as identidades podem ser pensadas de uma forma múltipla, por vezes até antagônica, como enfatiza Hall (2000, p. 103): “a idéia de uma identidade integral, originária e unificada” está sendo cada vez mais desconstruída. Além disso, “as identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como pontos de identificação e apego apenas por sua capacidade de excluir, para deixar de fora” (HALL, 2000, p.110).

Tal consideração aproxima-se da discussão apresentada por Souza (2005), que discute a questão da exclusão³ e a violência social como mediadas pela identidade social. Para o autor, a violência produz exclusão, sendo que essa última pode ser entendida como uma forma de violência⁴. Porém, destacamos que a dialética envolvida no processo exclusão/inclusão não pode ser abandonada,

³ Apesar de possuir diversas definições adotaremos neste trabalho o conceito de exclusão de Vêras (2001, p; 45) apud Souza (2005, p. 131) que descreve que o termo traduz-se... “desde o sentido de minorias (negros, homossexuais, deficientes físicos), como desempregados, pobres, sem habitação, sem teto, etc... Tradicionalmente, o termo se aplicou a favelados, meninos de rua, catadores de lixo, periferias, um lúmpen, ou a um certo tipo de privação, discriminação ou banimento” (p.45).

⁴ Adotaremos no presente trabalho, o conceito de violência definido por Chauí (1999, p. 5): 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela intimidação, pelo medo e o terror.

visto que há ambiguidades presentes nesse processo, que “manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência” (SAWAIA, 2001, p. 9).

As colocações de Hall (2000) e Souza (2005) levam-nos a pensar que o conceito de identidade traz considerações importantes para a Psicologia Social, visto que pode contribuir para a compreensão da complexidade existente nas inter-relações do sujeito com o grupo e com a sociedade.

Podemos dizer que os processos de inclusão/ exclusão e as comparações individuais e grupais são fundamentais para a definição de si próprios, de sua pertença a um grupo, e de sua influência social. Observa-se, assim, que a referência aos grupos sociais está sempre presente quando as questões identitárias são discutidas, o que leva à necessidade de indicar a concepção de grupo social aqui adotada. Considerando a perspectiva sócio-histórica que orienta a proposta da pesquisa, optamos por utilizar as proposições de Lane e Martín-Baró.

Martín-Baró (1989), ao abordar a temática, afirma alguns aspectos apontados no entendimento do grupo, pois o autor, assim como Lane e Codo (2004) consideram os aspectos pessoais, as características grupais, a vivência subjetiva, a realidade objetiva e o caráter histórico do grupo, portanto, a ênfase é dada ao processo grupal.

Quando optam por descrever a processualidade grupal, os autores destacam a necessidade de se considerar o grupo como uma experiência histórica, que se constrói num determinado espaço e tempo, obra das relações que vão ocorrendo no cotidiano, e, ao mesmo tempo, que traz para a experiência presente, vários aspectos gerais da sociedade, expressas nas contradições que emergem no grupo. Portanto, “o grupo surge quando os interesses de várias pessoas confluem e necessitam de uma canalização em uma circunstância histórica concreta, filiando-se, assim a um grupo”, (MARTIN - BARÓ, 1989, p. 219) e para se entender o processo grupal, devem ser consideradas três dimensões de análise, a saber: “a identidade do grupo, o poder que o mesmo dispõe e o significado social que ele recebe pela atividade que executa” (MARTIN - BARÓ, 1989, p.208).

Ao se tratar a conformação da identidade de um grupo, ou seja, a definição do que é e o que o caracteriza como tal frente aos outros grupos, três aspectos devem ser considerados, são eles: a formalização organizativa, as relações com outros grupos e a consciência de pertencer a um grupo, conforme discorreremos a seguir.

A formalização organizativa refere-se às condições de pertencer ao grupo, com normas formais ou informais, rígidas ou não, perenes ou passageiras; promove ainda uma definição de suas partes e uma regulação das afinidades entre elas, ou seja, divisão ou não das funções, sistematização das tarefas, distribuição de trabalho e atribuições.

As afinidades com outros grupos acontecem por meio da dialética intergrupar de cada sociedade isso interfere na criação do grupo, assim como a sua conexão com as necessidades e os interesses de uma classe social, isso se refere a um processo que reflete a historicidade daquele grupo.

“Quando o indivíduo toma como referência, para si mesmo e para a sua vida, o fato de pertencer a um dado grupo, identificando-se na sua relação ‘eu- outro’ e ‘meu- grupo, outros- grupos’, ele adquire a consciência do seu grupo em relação a si mesmo e ao mundo exterior” (LANE e FREITAS, 1997, p. 294).

A consciência, portanto, pode ser vista como uma referência identitária para o sujeito, criada a partir do sentimento de pertença subjetiva a um grupo.

Portanto, para o autor:

“A consciência inclui a imagem que as pessoas têm de si mesmas e que é produto da história de cada um, e que, obviamente não é assunto privado; mas inclui também as representações sociais (BANCHS, 1982; DECONCHY, 1984; LANE, 1985). Na medida em que a Psicologia toma como objeto específico os processos da consciência humana, deverá conhecer o saber das pessoas sobre si mesmas enquanto indivíduos e enquanto membros de uma coletividade. Agora bem, o saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas o saber inserido na práxis cotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente e ideologicamente naturalizado, tanto por ser adequado as realidades objetivas, quanto por humanizar ou não às pessoas e ainda permite, ou impede aos grupos e povos manter as teias de sua própria existência” (MARTIN - BARÓ, 1998, p.168, tradução nossa).

São as relações que esse grupo estabelece com os outros grupos (isso reflete a importância da organização normativa) e a consciência dos integrantes que darão aos sujeitos a ideia de quem eles são bem como a definição de identidades.

Há ainda outro componente para a composição do grupo, que Martin - Baró (1989) define como poder, ou seja, "é aquele diferencial favorável de recursos que se estabelecem quando se relaciona com outros grupos em função de alguns objetivos, e que permite fazer avançar seus interesses na convivência social" (MARTIN - BARÓ, 1989, p.227).

"o grupo desaparecerá quando a sua significação social for perdida, a sua identidade se desconectar de suas raízes históricas e sociais, e quando não possuir recursos e realizar ações eficazes, que atendam às aspirações e aos interesses individuais e/ou coletivos" (LANE e FREITAS, 1997, p. 295).

Portanto, para compreender a manutenção e permanência histórica de um grupo faz-se necessária a articulação entre atividade, poder e identidade, pois, esses elementos serão a referência do indivíduo e determinam a sua identificação com o grupo.

As identidades sociais "são compreendidas como processo e são elaborações possíveis apenas no jogo de relações intergrupais que, ao mesmo tempo, resultam de e implicam sempre em comparações e categorizações sociais, sejam elas positivas ou negativas" (SOUZA, 2005, p.131). Portanto, procura-se ultrapassar uma leitura das relações intergrupos como mera extensão dos processos interindividuais e busca-se também entender as modalidades de interação entre os grupos.

Tajfel (1983) traz à baila alguns conceitos, relacionados entre si, que são constituintes do processo identitário, a saber: a) categorização social; b) identidade social; e c) comparação social, conforme discorreremos a seguir.

a) A categorização social é o “processo através do qual se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças dos indivíduos” (TAJFEL, 1981, p. 290).

É por meio da categorização social que o indivíduo segmenta, classifica e ordena o ambiente social, buscando separar os sujeitos em “nós” (*ingroup*) e “eles” (*outgroup*), servindo também como “um sistema de orientação que ajuda a criar e definir o lugar do indivíduo na sociedade” (TAJFEL, 1981, p. 291). Neste sentido, os grupos sociais contribuem para a construção da identidade social dos seus membros, que agrega o caráter relacional, comparativo e classificatório.

A identificação das diferenças e semelhanças entre objetos permite a sua categorização e a construção de conhecimentos. São esses processos que possibilitam a construção de conhecimentos sobre nós mesmos e sobre os outros, sobre aqueles que valorizamos e sobre aqueles que excluimos. Um aspecto fundamental torna, porém, distinto o conhecimento sobre as pessoas, o valor e o sentido que atribuímos a elas.

Para Tajfel (1981) a categorização social estimula um processo autoavaliativo de comparação social. Esse processo produziria uma influência sobre a valorização positiva do próprio grupo (*ingroup*) quando se compara com os demais (*outgroups*). As comparações podem motivar atitudes e ações discriminatórias em relação aos grupos externos. Pode-se caracterizar os processos de comparação e categorização como complementares, e essas

diferenciações são fatores que levam ao surgimento de estereótipos e preconceito.

Quando se categoriza um indivíduo corre-se o risco de despersonalizá-lo. A percepção do membro do *outgroup*, que está impregnada de valores e de sentidos baseia-se em um modelo e é chamada de estereótipo. “A autocategorização também ocorre quando nos vemos com atributos do *ingroup*, sentindo e nos comportando normativamente, produzindo conformidade e padrões, assim como confiança e solidariedade” (SUDA, 2005, p.55).

Para a Teoria da Identidade Social o estereótipo pode ou não ser acompanhado de um preconceito, portanto, não é, necessariamente, uma imagem pejorativa de um indivíduo, ou de um grupo. Destarte, o conceito destoa do que é utilizado no conhecimento consensual. Tajfel (1981, p.163) afirma que: “o funcionamento e utilização dos estereótipos seria resultado duma profunda interação entre a estruturação contextual e o seu papel na adaptação dos indivíduos ao meio social em que estão inseridos”.

O estereótipo pode surgir devido a distintos papéis sociais, conflitos do grupo e diferenças de poder, ou uma afirmação do *status quo*, que afirmariam a necessidade de uma identidade social. É, portanto, dinâmico e sempre impregnado pelo contexto social, resultando dos processos de simplificação que fazem parte do pensamento do senso comum (JODELET, 2001).

Explicando melhor, a estereotipia, “consiste na atribuição de determinados traços em comum a indivíduos membros de um grupo, assim como em atribuir-

lhes determinadas diferenças em comum em relação aos membros de outros grupos” (TAJFEL, 1981, p.150). As categorizações podem vir carregadas de valor ou não, tornando as diferenças ou semelhanças maiores, protegendo o sistema de valores sociais vigentes, daí o preconceito ser visto pelo referido autor como uma proteção contra os sentimentos de ameaça originados pelos diferentes modos de vidas de outros grupos.

Destarte, o preconceito tem a função de simplificar o processo de categorização social, pois, “enquanto tivermos conhecimento do indivíduo, tenderemos a atribuir-lhe as características que provêm de sua classe de pertença” (TAJFEL, 1981) e assim, buscar a coerência nos processos existentes nos estereótipos.

Retornando a questão do estereótipo, pode-se destacar que ele exerce funções individuais e sociais para a organização identitária. As funções individuais são as de cognição e de preservação do sistema de valores, enquanto as sociais são as funções ideológicas e de diferenciação com outros grupos.

A função cognitiva propõe-se a ordenar e simplificar, diminuindo as diferenças intragrupos e exacerbando as diferenças intergrupos. Por isso, uma vez que construímos o estereótipo de um grupo, tendemos a generalizar essas características para todos os membros. Essa classificação favorece a manutenção dos estereótipos e o não questionamento de todo o sistema de valores construídos socialmente (TAJFEL, 1981).

As funções sociais dos estereótipos trazem a ideologização das ações coletivas que, segundo Hogg e Abrams (1988) *apud* Suda (2005) ajudam na busca de uma compreensão por parte do indivíduo e do grupo de acontecimentos perturbadores e complexos. Além disso, serve à diferenciação do próprio grupo com relação a outros.

As funções sociais, isto é, os aspectos macrosociais dos estereótipos, se revelam de extrema importância nomeadamente quando se estuda a confrontação entre grupos. Assim, ao considerarmos a forma como os indivíduos avaliam e verificam a informação como expressão da sua pertença ideológica, estamos a remeter a compreensão desses processos para um quadro de análise “onde o universo ideológico em que os sujeitos se auto-categorizam e funciona como matriz referencial na forma como a informação é tratada” (HOGG e ABRAMS, 1988, p.78 *apud* SUDA, 2005, p.58).

A identidade social será o conceito utilizado por Tajfel para analisar as relações entre as funções individuais e sociais dos estereótipos.

A identidade social é definida para Tajfel (1983) como:

“... o conhecimento que ele tem de que pertence a determinados grupos sociais, juntamente com o significado emocional e de valor que ele atribui a essa pertença só podem ser definidos através dos efeitos das categorizações sociais que dividem o meio social de um indivíduo no seu próprio grupo e em outros” (p. 294).

A identidade social constrói-se num processo de ligação entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia, que atualiza e/ou reforça o sentimento de pertença a um ou vários grupos sociais, conforme o valor e significância emocional que o indivíduo atribui a essa pertença.

A mobilidade das identidades está baseada na questão de que as relações intergrupais não são estanques, e, muito menos, as relações que ocorrem no interior dos grupos. Faz-se necessário a preservação de uma identidade positiva, mas:

“só é possível preservá-la se as condições sociais de diferenciação forem cuidadosamente perpetuadas, assim como os sinais e símbolos de estatuto diferente, sem os quais as atitudes de consenso total sobre a diferenciação “superior” correm o risco de se desintegrarem” (TAJFEL, 1981, p.315)

Segundo Hogg *et al* (2004), temos tantas identidades sociais e pessoais quanto são os grupos aos quais pertencemos ou nossas relações pessoais, pois as identidades mudam rapidamente em resposta a mudanças contextuais. A maneira como o integrante de um grupo se define depende da comparação com outros grupos, pois ninguém vive isolado. Podemos dizer que as comparações sociais individuais e grupais são fundamentais para a definição de si próprios, de sua pertença a um grupo e da sua influência social.

A construção de identidades obedece a regras da formação do sujeito, ou seja, o sujeito se constrói em suas relações e é construído pelas relações; é uma ação política, visto que “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p. 81).

Ao discorrermos sobre identidade social, buscamos demonstrar o desenvolvimento de um fenômeno social, reforçando a sua construção sócio-histórica, sua mobilidade e a possibilidade de ação dos sujeitos. No próximo

tópico trataremos a questão da identidade social do jovem rural, que por seu caráter variável permite múltiplas discussões.

2.1.1 Identidade Social e Juventudes

Visto que compreendemos os processos de construção das nossas múltiplas identidades, concebendo que o engendramento desses processos se dá por meio de uma constituição sociohistórica, faz-se necessário discutir a questão das juventudes, especialmente, a juventude rural, posto que o objetivo do nosso estudo está interligado à construção dos processos identitários entre jovens dessa categoria social.

Os estudos sobre juventude vêm se configurando numa importante preocupação entre pesquisadores e profissionais de várias áreas, uma vez que apontam para questões de âmbito sociocultural, educacional e econômico. No caso brasileiro, nos seus vários contextos, verificam-se os altos índices de evasão escolar, violência, gravidez precoce, desemprego, além da crescente vulnerabilidade às doenças infecto-contagiosas, drogas e suicídio entre os jovens (SILVA, 2002, p. 98).

Um olhar mais atento sobre o tema adolescência/juventude denuncia o quão complexa e ambígua é essa categoria. Não há uma conceituação unívoca sobre ela, as discussões estão imersas em questões sociológicas e psicológicas que demandam uma investigação criteriosa.

A Organização Mundial da Saúde define os adolescentes como pessoas de 10 a 19 anos e os jovens como pessoas de 15 a 24 anos e o termo 'gente jovem' é utilizado para incluir ambos os grupos (*OPS - Organización Panamericana de la*

Salud, 1998, p. 77). No Brasil, de acordo com a lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA⁵, promulgado em 1990, veio regulamentar os direitos e garantias assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição de 1988, e define que adolescente é a pessoa com idade entre 12 e 18 anos.

A palavra adolescência tem origem no verbo latim *adolescere*, que significa crescer, ou crescer até a maturidade, resultando em transformações de ordem social, psicológica e fisiológica, porém, esta não é uma definição aceita universalmente, visto que vários autores têm opiniões diversas sobre o assunto e há que se considerar as questões culturais, visto que durante muito tempo isso não teve relevância nos estudos.

“as pesquisas que tomam a ‘adolescência’ como um ‘objeto natural’ assumem como ponto de partida uma idéia extemporânea, datada e localizada, demarcada por conceitos e metodologias oriundas de uma configuração específica do saber ocidental: o positivismo científico do século XIX e suas derivações, tais como a medicina higienista e a eugenia”. (CÉSAR, 1998, p.2)

Menandro e Trindade (2009) fizeram uma revisão sobre a teorização do tema adolescência/juventude, e demonstraram como as definições acerca do assunto se transformaram ao longo dos tempos. Após a revisão de diversos conceitos e autores, destacamos uma citação que vem ao encontro do que podemos entender por adolescência na atualidade:

“a adolescência e juventude são termos cujo significado é formado em grande parte pela situação em que são usados, ou seja, são

⁵O ECA tem por princípio a formação integral da criança e adolescente, sendo assegurado o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, e exploração.

termos ligados diretamente ao contexto da fala (como, em um exemplo simples, ocorre com palavras aqui ou agora) A função referencial de um termo como adolescência ou juventude “não pode ser determinada antes de seu uso em um momento cultural particular, e seu uso indica o contexto no qual ele foi invocado” (BUCHOLTZ, 2002, p. 528 *apud* MENANDRO E TRINDADE, 2009).

Ainda na busca de definir a adolescência, ou melhor, o ser jovem, Novaes (2002) dá a sua contribuição dizendo que o jovem é aquele que está mais distante da morte, com mais vontade e intensidade de viver, tendo prazer pela aventura e curiosidade pelo novo, dessa forma, sendo também mais inclinado ao revolucionário. A autora cita também que a juventude apresenta tantas distinções, chegando, às vezes, a idéia de que é uma palavra vazia, e que deveria ser pensada no plural, ou seja, como juventudes.

Não concordamos com a concepção de adolescência definida apenas pela idade, ou seja, pelo biológico, pois essa visão exclui as questões relacionadas ao social e à construção sócio-histórica deste sujeito. Quando nos referimos à adolescência devemos atentar a todas as mudanças envolvidas no comportamento, inclusive a mudança referente à identidade, aos papéis, entres outras.

Segundo Martins e Trindade (2003) as pesquisas da Antropologia Social produziram conhecimentos que cooperaram para a transformação desta concepção da adolescência, ao mostrar que essa fase do desenvolvimento humano não é universal e nem necessariamente conturbada. Dessa forma, a adolescência deve ser então, pensada como:

“um período e um processo psicossociológico de transição entre a infância e a idade adulta e que depende das circunstâncias sociais e históricas para a formação do sujeito” (MARTINS e TRINDADE, 2003, p. 556).

A adolescência é, então, um momento a que se atribui um significado específico, que varia de acordo com as características socioculturais do grupo a que pertence, conforme Groppo (2000):

“a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPO, 2000, p.8)

Por mais que se produzam estudos científicos acerca da adolescência e novas olhares sejam direcionados para estes sujeitos, os temas relacionados à juventude rural ainda são discutidos de uma forma incipiente. A adolescência deve ser caracterizada de acordo com o contexto na qual ela se constrói, por isso há a necessidade de conhecer suas representações, pois isto é importante para o entendimento de características, para a quebra desta invisibilidade e para conhecer as transformações que ocorrem na sociedade em diferentes aspectos das relações cotidianas.

2.1.2 Adolescência e adolescência/juventude rural

É de extrema relevância conhecer o que tem sido produzido acerca dos jovens rurais, para que possamos apreciar um pouco desse universo em que estão inseridos, visto que muitos estereótipos têm se sustentado em relação a esses sujeitos.

Segundo Carneiro (1998, p. 97) “a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de

diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos”, conjugada às poucas oportunidades para aqueles que sobrevivem da agricultura.

Um dos primeiros trabalhos sobre o campesinato é irlandês, dos autores Arensberg e Kimball (1968) apud Castro (2005). Neste estudo os autores dão ênfase a diversas questões que envolvem juventude e ser jovem em uma comunidade rural, ressaltando-se para aquele grupo a importância das relações hierárquicas, e a definição do que é velho e do que é jovem. Só se tornam respeitados aqueles jovens que, na vida adulta, assumem a propriedade da família, aqueles que não faziam essa “escolha” não eram reconhecidos ou valorizados socialmente (ARENSBERG E KIMBALL, 1968, apud CASTRO, 2005).

Sabe-se que a juventude rural brasileira ainda é pouco pesquisada, e quando o tema vem à tona, geralmente, os estudos “referem-se ao jovem apenas na condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no seio da unidade familiar, o que os torna adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente pela ótica do trabalho” (CARNEIRO, 1998, p. 97).

De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o censo de 2000 revelou que, dos 34 milhões de jovens no Brasil, 17% vivem no meio rural (31% nas regiões metropolitanas e 52% em áreas urbanas). Essas diferenças vão, certamente, ter reflexos sobre a constituição dos modos de existência dos jovens, reafirmando a necessidade de considerar a juventude a partir dos processos de interação social e das configurações em que está imersa, ou seja, como a construção de uma categoria social (CASTRO, 2005).

Segundo Silva (2007) as dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais se assentam em diversas situações, a saber:

“em primeiro lugar, na falta de um modelo agrícola voltado para os pequenos agricultores de um modo geral, como o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. De maneira geral, o modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre. A diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos. A juventude sofre profundamente as consequências desse modelo perverso, contando com possibilidades mínimas na área da educação e da ocupação produtiva, carecendo também de alternativas em lazer, cultura e saúde” (SILVA , 2007, p.4).

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da migração, na atualidade, de jovens camponeses para a área urbana. Muitas dessas pesquisas, porém, relatam, mas não explicam os motivos para a ocorrência deste fenômeno. O que se tem observado é que as pesquisas partem de dois vieses, um que traz o foco da migração motivada pelas dificuldades enfrentadas no meio rural, especialmente quanto ao acesso à escola e ao trabalho (Carneiro, 2005, Castro, 2005). O outro viés retrata a atração dos jovens rurais pelo universo urbano e pela maior diversidade de oportunidades por ele oferecida (Carneiro, 1998; 2005). Sabemos que essas não são conclusões fáceis de obter, pois o processo de permanecer ou sair do campo é mais complexo e nos remete a análise da categoria juventude rural como uma parcela social pressionada pelas mudanças do campo, e pelo próprio processo de globalização que atinge a produção familiar, e, portanto diretamente, os jovens rurais.

De acordo com Silva (2007) apesar da ampliação da participação e da responsabilidade conquistada pela juventude rural houve uma redução de 26% da população jovem neste meio. Os processos demográficos migratórios,

apresentados pelo IBGE, têm sido utilizados para demonstrar a transformação social que vem ocorrendo no Brasil nos últimos cinquenta anos.

Na percepção de Durston (1996) um dos aspectos mais graves que afetam a juventude rural na América Latina é a sua invisibilidade social. Isso pode ser caracterizado pela falta de conceitos claros e de conhecimentos empíricos sobre a realidade sócio-cultural dos jovens rurais, criando-se, por isso, apenas estereótipos que contribuem para perpetuar a exclusão.

Há a necessidade de entender as perspectivas dos jovens quanto ao futuro. Segundo Durston (1996) é necessário valorizar o conhecimento e a capacitação da juventude rural, pois, oferecendo-lhes oportunidade de trabalho e atuação, isto poderia fortalecer o desenvolvimento rural e o desejo de continuar atuando neste meio.

Quando se trata da identidade rural, diversas questões devem ser levadas em consideração, pois “aliada à escassez de políticas públicas, ao desfavorecimento sócio-econômico, as representações negativas associadas ao homem do campo agravam ainda mais o processo de desidentificação com o modo de vida rural pelos jovens camponeses. O grande ideário de um modelo de vida urbano, sustentado no intenso investimento de uma imagem positiva da cidade e negativa do campo, orienta processos de abandono, sobretudo psicológico da identidade camponesa, para além de uma saída objetiva do território rural” (SOUZA e BONOMO, 2009).

A partir do levantamento bibliográfico em base de dados de pesquisas brasileiras, pode-se afirmar que estudos que associam o tema Identidade Social

com juventude/adolescência rural têm sido tratados de uma forma incipiente em pesquisas acadêmicas, porém, destacamos alguns autores tais como: Silva (2002), Frossard (2003). Utilizaremos ainda, um estudo sobre a Teoria das Representações Sociais de Martins, Trindade e Almeida (2003) conforme descreveremos a seguir.

No estudo de Silva (2002, p. 97) a autora descreve que “cada vez mais os universos culturais do rural e do urbano se interpenetram, as dificuldades socioeconômicas dificultam a vida de quem vive da agricultura, e daí emerge a juventude rural como uma população profundamente afetada por estes processos”. Os participantes desse trabalho foram jovens com idade entre 15 e 25 anos de idade, moradores do município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha (MG), e a pesquisa tratou da construção das identidades desses jovens, tal como elas se mostram com suas articulações nos “modos de ser, de sentir e de se representar”. Os dados foram coletados a partir de depoimentos e observação participante e possibilitaram concluir que a construção da identidade destes jovens rurais está baseada no conflito, pois ao mesmo tempo em que são apegados às tradições familiares e à religiosidade, também estão ligados à possibilidade de saírem do mundo rural para ganharem dinheiro e terem uma vida melhor. De acordo com a autora a pesquisa mostra que os jovens transitam entre o rural e o urbano, comunicando suas releituras desses dois universos, o que culmina num ideal de vida “rurbano”.

Frossard (2003) analisou a participação da Escola Família Agrícola (EFA) Rei Alberto I em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, na vida dos jovens, na construção

de bases identitárias destes com seu meio social e na superação de estereótipos que envolvem a imagem do camponês brasileiro: o estereótipo de Jeca Tatu. A pesquisa objetivou analisar o jovem rural, sua vida, a relação ou não com o campo e o objetivo destes jovens em migrar para o meio urbano, seja pela falta de oportunidades do meio rural ou pela atração que o meio urbano exerce sobre eles, tendo como participantes 14 jovens, ex-alunos da escola agrícola. Para a metodologia da pesquisa foi aplicado um questionário fechado para caracterização social, um brasão, como parte de uma dinâmica de grupo, e um questionário complementar para a abordagem da identidade, a vida do jovem e a participação da EFA nestas questões. Com o estudo concluiu-se que houve uma diferença considerável no destino dos jovens do sexo masculino e do sexo feminino. As moças encontraram dificuldades para fixarem-se profissionalmente no seu meio social, o que retarda a constituição de uma base identitária. Vale ressaltar ainda que quanto à questão da proposta inicial do trabalho que descrevia o estereótipo do Jeca Tatu, os jovens rurais não se identificaram com tal personagem. E finalmente a EFA, por atuar na formação técnica-profissional, é vista como um alicerce para melhores perspectivas da vida no campo da renda local.

A pesquisa de Martins, Trindade e Almeida (2003) apesar de não ter como teoria central a Teoria da Identidade Social, foi importante para esse estudo, pois analisou como adolescentes de diferentes inserções sociais representaram a adolescência e deram sentido ao período em que viviam. Participaram do estudo 360 adolescentes entre as idades de 14 e 23 anos: residentes em região urbana, estudantes de escola particular, localizada em bairro considerado de classe média

alta, e 180 residentes em uma região rural e que estudam em escola agrotécnica pública. Entre as conclusões desse estudo destacamos que o discurso mais significativo dos adolescentes da zona urbana relaciona a adolescência à curtidão, à liberdade, ao relacionamento afetivo, aos problemas e também ao fato de a adolescência ser um período de transição, e o verbo que melhor representaria isso seria o “ter”, ou seja, ter condições de curtir a vida, ter liberdade, bons pais, amigos, e ter carro, e etc. Já para os jovens da zona rural prevalece no discurso a importância de se seguir o caminho certo, ou seja, é importante que ele seja responsável e, portanto, seja um bom aluno, um bom filho, um bom amigo e siga em busca dos seus sonhos. O verbo predominante neste discurso é o “ser”. Apesar dos discursos parecerem antagônicos, percebeu-se que para os jovens rurais o “ser” era o melhor caminho para o “ter”. Verificou-se que, apesar de existirem pontos em comum, o viver adolescente se diferencia de acordo com a inserção sócio-cultural, confirmando que a condição da adolescência é historicamente construída e determinada, apesar de estar ancorada na percepção tradicional da adolescência como fase universal e transitória.

Diante do que foi exposto, acredita-se que a imagem dos jovens rurais, estereotipados, tidos como sujeitos desinteressados, desenraizados e desidentificados com o mundo rural, pode corroborar para a invisibilidade dessa categoria. Deste modo, a proposta de investigar a identidade social vinculada ao contexto da ruralidade, construída a partir da lógica de pertencimento ao grupo rural pode fornecer importante contribuição para o conhecimento desses sujeitos. Acompanhando esse pressuposto, é importante ainda pensar a ruralidade nas possíveis diversidades que apresenta, fugindo da dicotomia urbano/rural que

parece sempre apresentar dois pólos monolíticos sem considerar as diferentes formas de existência que convivem em cada um dos pólos e que são a base dos processos identitários.

Foi com o objetivo de apreender pelo menos parte dessa pluralidade que decidimos ter como participantes jovens rurais que, apesar de compartilharem a inserção no Programa ProJovem Campo Saberes da Terra Capixaba, têm diferentes experiências de vida cotidiana, diferenças essas pautadas principalmente no convívio de um dos grupos com o Movimento Sem Terra (MST), organizador e gestor do assentamento onde vivem. Para uma melhor compreensão dos participantes e de seu modo de vida faremos uma breve explanação do MST e do processo de ocupação do Assentamento Nova Safra.

2.2 Movimento Sem Terra: uma marcha pela liberdade

As discussões acerca da reforma agrária nos países latinos têm sido acompanhadas de debates acalorados e opiniões divergentes, pois há uma dicotomia nos interesses, que de um lado posiciona aqueles que esperam dela mudanças, e novas possibilidades, e de outro, aqueles que não aceitam abrir mão dos bens já conquistados.

Os países com alta concentração de terra apresentam sérias dificuldades para estabelecer um processo de crescimento econômico. Tais condições de concentração econômica e fundiária são impeditivas para a promoção da justiça social, marginalizando milhões de pessoas do processo de cidadania plena, ou

seja, da possibilidade de conhecer e exercer seus direitos. A Reforma Agrária⁶ constitui-se, como uma tática para o enfrentamento dessa situação, porém, requer interesses políticos e sociais de atores estratégicos que a sustentem.

A luta pelas terras no Brasil não é algo novo, e a desigualdade nessa repartição se deve, de acordo com Carter (2010), à estrutura fundiária brasileira, baseada na grande propriedade rural, ou seja, o latifúndio surgiu, praticamente junto com o país e decorre da forma como se processou a ocupação do território, onde ainda vive uma parcela significativa da população brasileira.

Segundo Abramovay (1999) a população rural não se compõe de um conjunto de remanescentes, cujo destino histórico, é a desapareição. Quase um terço dos brasileiros, mais de cinquenta milhões de pessoas, vive em regiões que podem ser definidas como rurais e nada indica que esta proporção tenda a cair de forma significativa em um horizonte previsível. As transferências públicas de renda a populações pobres - aposentadoria rural, bolsa-escola, bolsa-renda, programas de erradicação do trabalho infantil - reforçaram, no meio rural, atividades econômicas modestas - pequeno comércio, construção civil, transporte escolar- mas cuja repercussão sobre a vida local é de suprema importância. Porém, com todos esses incentivos ainda temos muitos sujeitos excluídos, e que lutam por terra, e por vida nesse país.

⁶ A Reforma Agrária é a intervenção deliberada do Estado nas bases do setor agrícola, para a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola (BRUM, 1988).

Toda a construção histórica, e as forças que atuaram no engendramento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tais como, as Ligas Camponesas, o Partido Comunista e a Igreja, não são suficientes para explicar a emergência do Movimento⁷, hoje nacionalmente consolidado.

A despeito de uma série de movimentos de resistência terem ocorrido desde os tempos do Brasil Colônia, por que somente neste momento se tem a formação de um grupo de caráter nacional com a visibilidade desse Movimento?

Como exemplo dessa consolidação dos movimentos sociais no Brasil, o MST tem sido palco do surgimento de novas organizações de juventude rural como ator político, promovendo cursos de formação de jovens líderes, buscando a manutenção da ideologia do Movimento e implementando estratégias para que esses jovens tenham “mais possibilidades de dialogar com o mundo globalizado e reafirmar sua identidade como trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos” (CASTRO, 2005).

De acordo com Caldart (2000) desde o seu surgimento e sistematização, o Movimento inaugurou a construção cotidiana de um novo sujeito social-independente de sua idade, ou gênero - que na busca de condições mais justas de sobrevivência, constitui uma nova identidade a partir de uma organização coletiva do trabalho e da vida social.

⁷ Assim como Caldart (2000), adotei a letra maiúscula para fazer alusão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), portanto, toda vez que aparecer no texto a palavra Movimento refiro-me ao MST.

“A referência a novos sujeitos quer afirmar, pois, que não se trata de uma simples recuperação da condição que estas pessoas já tiveram e que provisoriamente perderam pela circunstância de ficarem sem a terra, ou sem trabalho nela. É algo bem mais profundo...Os sem-terra assentados... jamais serão os mesmos camponeses de antes...continuam se chamando Sem Terra, e participam do MST; porque esta é a nova identidade”. (CALDART, 2000, p.25)

Quando um indivíduo decide ingressar no Movimento, ele tende, gradualmente, a abandonar o referencial de identidade anteriormente estabelecido, dispendo-se à construção de novos movimentos identitários por meio da sua inserção e identificação com os “Sem-Terra”.⁸

Reconhecem-se nos camponeses e trabalhadores rurais os protagonistas das lutas agrárias que “desencadeiam um processo social e político que embora disperso, heterogêneo e ambíguo, expressa a proposição de um projeto transformador da sociedade” (SANTOS, 1985, p.13).

O Movimento foi se construindo processualmente com a atuação de vários atores e instituições de apoio. Uma das alavancagens nesse processo de formação do MST teria sido o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs)⁹, sobretudo, ressaltamos a Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975. Além disso, há o próprio esgotamento das estratégias utilizadas na luta pela reforma agrária, e na luta dos trabalhadores rurais, que ficaram cada vez mais sem trabalho, e, portanto sem perspectivas de um futuro mais justo para si,

⁸ Sem Terra entendido como uma categoria social nascida da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da luta pela Reforma Agrária.

⁹ As CEBs foram implantadas na década de 1970, por meio do processo de abertura ocorrido na Igreja Católica e a pregação da Teologia da Libertação que era caracterizada pela “opção pelos pobres”.

e para seus filhos, havendo a necessidade da criação de novas estratégias de ocupação.

É considerado um marco do surgimento do MST, o Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná, em 1984, e tinha como princípio a “Terra para quem trabalha nela”, estabelecendo “uma política agrícola que assegurasse aos trabalhadores do campo a possibilidade de permanecerem em suas terras, dado que estes as vinham constantemente perdendo para os bancos, ou sendo expulsos por fazendeiros e grileiros” (BEZERRA NETO, 1999, p. 15).

Embora a ocupação (e, em situações especiais, ocupação com resistência) seja a forma de luta mais importante do Movimento dos Sem Terra, esta não é a única, nem a mais usada. As ocupações propriamente ditas duram um tempo relativamente curto, pois, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) faz a análise se as terras são produtivas, ou não, e após essa verificação há dois caminhos. Caso a terra seja produtiva, é expedida uma ordem judicial, e há reintegração da posse. Se for improdutiva, acampamento, e futuramente o assentamento é viabilizado.

O assentamento é constituído por um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terra destinada a agricultores sem-terra, utilizando-a para produção agropecuária. Os assentamentos feitos no Brasil foram conseguidos após muita luta, muito tempo de acampamento e muitas ocupações de terra. Vale ressaltar que “durante o período de acampamento há contribuição das igrejas e dos sindicatos, mas quando as pessoas são assentadas, elas passam a dar uma

contribuição ao MST, correspondente a 2% da produção” (BEZERRA NETO, 1999, p. 18).

Por delimitar a pesquisa a jovens rurais, filhos de pequenos produtores e jovens residentes em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fazem-se fundamental, neste momento, a caracterização do assentamento e a descrição das descobertas realizadas no campo da pesquisa.

2.2.1 O Assentamento Nova Safra: ocupação e construção histórica

Os movimentos sociais de luta pela distribuição de terra levaram o governo a criar projetos de assentamento de famílias, buscando a promoção do desenvolvimento da pequena produção, bem como a melhoria na qualidade de vida dos assentados, por meio da geração de trabalho e renda.

Conforme o PDA Nova Safra (2001), em outubro de 1997, 560 famílias oriundas da Grande Vitória, Aracruz, Linhares e São Mateus, ocuparam a fazenda Aliança no município de Linhares, onde ficaram cerca de quatro anos acampados. Após acordo com os acampados, a fazenda foi desocupada, e foi montado um acampamento provisório na margem da BR 101 Norte, em Rio Quartel. Desse acampamento foram escolhidas em assembléia 55 famílias que foram para o sul do Espírito Santo, em junho de 1998, a fim de ocupar a Fazenda 2M de propriedade da família Marcondes, considerada improdutiva, onde resistiram às dificuldades e produziram principalmente, posteriormente, produtos para a subsistência, como feijão e milho.

A divisão das terras foi feita em cinco agrovilas, uma estratégia do MST de reproduzir no Assentamento, o modelo de organização do Acampamento. Nova Safra foi o quinto assentamento criado no sul do Estado.

Sabemos que são os assentados que precisam, progressivamente, se sentirem sujeitos de suas decisões e de suas responsabilidades (Valentini, 2007), porém, com todas as deficiências e com a escassez de políticas públicas adequadas, torna-se cada vez mais difícil o exercício da cidadania e a possibilidade de mudança social.

3. Justificativa e Objetivos

O debate sobre as “juventudes” torna-se central na medida em que as “muitas concepções que se entrecruzam definem olhares e, mesmo, a construção de políticas públicas sobre o tema. Permeada por definições genéricas, associada a problemas e expectativas, os jovens tendem a ser constantemente substantivados, adjetivados, sem que se busque a percepção e a formação de identidades desses sujeitos” (CASTRO, 2005, p.181). Esse trabalho pretende contribuir para a busca de caminhos e novas visões que permitam a discussão sobre as diversas formas de construção da identidade social.

Recentemente, é possível assegurar que o debate ganhou relevância no Brasil. Mas, se o debate sobre juventude está cada vez mais profuso¹⁰ - é evidente o aumento de trabalhos acadêmicos de ações governamentais envolvendo esses jovens –, ao observarmos mais atentamente percebemos que o foco está na juventude que se encontra no meio urbano, especialmente o das grandes metrópoles brasileiras (CASTRO, 2005). Portanto, apesar de um aumento relevante no número de produções, ainda hoje a juventude rural brasileira é excluída.

Entendendo o processo identitário como um fenômeno social de extrema relevância no contexto atual da globalização, e considerando a importância de um estudo sobre jovens rurais, o presente estudo pretendeu conhecer, descrever e analisar os processos que constituem a identidade social de jovens rurais, sendo

¹⁰ O Brasil – que era um dos únicos países da América Latina a não ter um espaço formal no poder público federal para tratar o tema – implantou, em 2005, a Secretaria Especial de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

parte desses jovens, residentes em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.1. Objetivos específicos:

- Conhecer as possíveis diferenças dos processos identitários entre os jovens rurais residentes em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os jovens rurais, filhos de pequenos produtores rurais, e residentes no interior de Castelo.
- Conhecer as associações (endo e exo- descrição) dos adolescentes relacionadas à identidade social rural.
- Verificar se há diferenças no discurso de jovens rurais assentados, e não assentados, que explicitem a dicotomia rural *versus* urbano.

4. Método

4.1 Tipo da pesquisa

Baseando-se na relevância da elaboração de um estudo que demonstre a mobilidade e a riqueza dos fenômenos de identidade social por meio dos jovens rurais participantes da pesquisa, procurou-se elaborar táticas que possibilitassem melhor discutir e analisar os conteúdos das entrevistas.

A análise qualitativa dos dados em pesquisas que envolvem estudo referente às questões sociais, humanas e psicológicas se desenvolveu como alternativa aos sistemas de análises quantitativas que durante muito tempo comandou as pesquisas destes campos científicos.

Em uma concepção contemporânea das ciências humanas, a objetividade dá espaço a questões subjetivas de interpretação. Ou seja, ao optar-se pela pesquisa qualitativa, buscou-se priorizar uma análise de valorização individual oferecidos pelo público da pesquisa e, acima de tudo, como alude Rampazzo (2002, p.58) “a pesquisa qualitativa questiona e põe em dúvida o valor da generalização” apresentada nos estudos de caráter quantitativo.

A pesquisa qualitativa e a análise desses dados requerem uma “disposição do pesquisador em imergir na realidade e nos contextos estudados: histórico, geográfico, social, econômico e cultural” (Rampazzo, 2002, p.60), permitindo assim, um maior conhecimento dos sujeitos e um acompanhamento de suas práticas sociais.

4.2. Participantes

Os participantes deste estudo foram 20 jovens rurais, integrantes do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra Capixaba. A escolha dos participantes se deu após apresentação do projeto em uma reunião com os professores e com coordenação do Programa. Após conhecer melhor a realidade dos docentes e a proposta pedagógica adotada, chegou-se à conclusão que os jovens atendiam as características necessárias ao estudo. Outro fator muito importante foi o acolhimento do grupo à proposta da pesquisa e a acessibilidade para fazer as entrevistas.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra é um programa de escolarização de jovens agricultores/os familiares¹¹ em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social e profissional.

O Programa surgiu em 2005¹², vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a “meta de escolarização de jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil, que vivem em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores”. Atualmente o Programa Saberes da

¹¹ São considerados jovens agricultores familiares aqueles definidos pela lei 11.326/06. Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

¹² A descrição do PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA foi extraído de um texto produzido pela Equipe Executiva do ProJovem Campo – Saberes da Terra, CGEC/SECAD/MEC, e encontra-se no apêndice C.

Terra integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e passa a se denominar ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Foram utilizados conjuntos de dados de dois grupos distintos de jovens rurais, com idades entre 14 e 24 anos, moradores da zona rural do sul do estado do Espírito Santo. Esse critério etário inicial permitiria a classificação dos participantes na categoria adolescentes/jovens. Dez desses jovens residentes no Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Nova Safra. Os outros dez jovens, também moradores da zona rural, residem no interior de Castelo. Denominaremos o grupo de jovens do assentamento GA e os jovens rurais de Castelo GC.

Merece destaque a diferença encontrada na média da faixa etária dos dois grupos. Quando se parte para o campo de pesquisa há, muitas vezes, uma idealização do que será encontrado, e nesse estudo, isso não foi diferente. Esperava-se que os sujeitos entrevistados tivessem uma média etária mais próxima, mas isso não foi possível, pelas próprias características dos grupos. A média da faixa etária de GA foi 20,5 anos e de GC 15,7 anos. Ressaltamos que apesar da diferença da idade as comparações são procedentes por se tratarem de jovens de inserção rural, e por possuírem modos de vidas similares.

4.3 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta dos dados foi utilizado um roteiro semi-estruturado subdividido em duas partes. A primeira, registrada por escrito pelos entrevistadores, recolheu informações sócio-demográficas de cada participante (idade, estado civil, se possui filhos, escolaridade, ocupação e renda).

A segunda parte do roteiro, que foi gravada, buscou conhecer as concepções dos participantes sobre jovens rurais pertencentes e não pertencentes ao Movimento Sem Terra (características positivas e negativas); jovem urbano (características positivas e negativas); terra; se já vivenciou alguma situação preconceituosa por ter origem rural; e expectativas em relação ao futuro (família, escolarização, profissionalização, e permanência ou não, no meio rural).

4.4. Procedimento de coleta de dados

As entrevistas foram conduzidas individualmente nos locais de preferência dos participantes, de acordo com as possibilidades existentes, sendo realizadas na residência dos próprios entrevistados, ou no núcleo de ensino do Projovem. A coleta foi realizada entre os meses de janeiro e maio de 2011. As dificuldades na coleta ocorreram pelos problemas de acesso ao grupo do MST, pois apesar de tentarem-se vários contatos com as lideranças do Movimento, percebeu-se certa resistência com a entrada de uma pesquisadora, e uma preocupação sobre qual era o objetivo da pesquisa. O acesso ao grupo só foi possível pela intervenção da coordenação e dos professores do Projovem.

Ao contatar os possíveis participantes, a pesquisadora se apresentava como aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), informando aos pais, e por vezes, aos professores, que procurava jovens rurais voluntários para uma pesquisa sobre processos identitários. Outras informações eram sempre destacadas: inexistência de vínculo com Programa ProJovem Campo Saberes da Terra Capixaba; proteção da identidade dos participantes; importância de pesquisas na área;

realização individual das entrevistas; hora e local da entrevista de acordo com a preferência do participante. As entrevistas eram marcadas *a posteriori* de acordo com a disponibilidade dos jovens.

Com o objetivo de diminuir possíveis influências nas respostas dos participantes decorrentes da diferença de sexo entre entrevistado e entrevistador, e pensando em uma maior identificação com o entrevistador as jovens foram entrevistadas pela autora ou por uma professora do Programa Projovem e os jovens por um professor do mesmo Programa.

Antes do início das entrevistas os participantes receberam informações adicionais sobre a pesquisa, tendo sido enfatizado o interesse na opinião do entrevistado e de que não havia respostas certas ou erradas para as perguntas que seriam apresentadas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido na presença dos entrevistados sendo quaisquer dúvidas esclarecidas antes da assinatura do documento (Apêndice B). As entrevistas que foram realizadas com os jovens menores de dezoito anos foram previamente autorizadas por um responsável. Após a leitura do TCLE, e com a permissão dos participantes, as entrevistas foram gravadas, e posteriormente, transcritas na íntegra.

Foram utilizados também relatos e informações obtidas no contato com os pais dos alunos e com os líderes do MST no assentamento Nova Safra. Estes dados serviram para uma melhor elaboração do conteúdo, e referencial histórico do estudo.

4.5. Tratamento dos dados

Para o tratamento dos dados a técnica da análise de conteúdo foi utilizada que, de acordo com Bardin (2002), baseia-se em operações de separação do texto em unidades, ou seja, desvelar os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, e posteriormente, realizar o seu reagrupamento em categorias.

Segundo Bardin (2002), a análise de conteúdo pode ser entendida como:

"um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (p. 42).

Essa técnica foi fundamental para análise dos dados, pois permitiu explicitar e sistematizar o conteúdo das entrevistas, e atentar para outros "significados", que estão relacionados a assuntos políticas, sociais e psicológicos (BARDIN, 2002).

O processo de construção das categorias é iniciado por meio de uma "leitura flutuante" das entrevistas a fim de se obter uma visão geral do conteúdo. Em seguida, são realizadas leituras mais apuradas com o objetivo de identificar os temas pertinentes ao material.

4.6. Análise dos riscos da pesquisa

A análise crítica de riscos é um procedimento fundamental para a pesquisa com seres humanos, pois, o pesquisador deve refletir sobre sua conduta ética. Ele tem a liberdade de propor um projeto de pesquisa para tentar responder a

uma inquietação ou a uma demanda específica, mas também deve ter a preocupação sobre as consequências do que está propondo (PALÁCIOS et al., 2002).

O presente estudo seguiu os padrões éticos da Resolução 016/2000/CFP, que dispõe que “é obrigação do responsável pela pesquisa avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, a fim de proteger os participantes e os grupos ou comunidades às quais eles pertençam” (CFP, 2000, p.2).

A pesquisa pode ser classificada, conforme tal resolução, como sendo de risco mínimo, já que os procedimentos adotados não sujeitaram os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado de forma a não causar constrangimentos, ou danos, aos jovens que participaram da pesquisa, porém, caso isso tivesse ocorrido, esses jovens seriam encaminhados a um acompanhamento psicológico.

5. RESULTADOS

A partir desse tópico serão descritos os resultados da pesquisa que estão subdivididos com os temas, a saber: cenário que abarca as questões introdutórias sobre os sujeitos pesquisados e um panorama sobre a pesquisa; a construção histórica do assentamento Nova Safra; a breve descrição sócio- histórica da cidade de Castelo, a caracterização dos jovens rurais assentados, e do interior de Castelo, e os resultados das entrevistas.

5.1.Cenário

O entendimento sobre a juventude rural pesquisada supõe o reconhecimento da existência de espaços distintos – a exemplo da casa, da vizinhança e da cidade – onde os jovens vivenciam cotidianamente experiências individuais e coletivas. São nestes espaços que os jovens constroem relações com amigos, buscam o lazer, estabelecem relações com os meios de comunicação de massa, participam de manifestações culturais e religiosas, expressando um sentimento de pertencimento – tanto à comunidade como a grupos de jovens constituídos. Nesse sentido, as experiências cotidianas dos jovens dependem da intensidade e da riqueza da vida social existentes no meio rural.

Apesar de vivenciarem a ruralidade, e partilharem alguns ideais semelhantes, as experiências dos jovens rurais do Assentamento Nova Safra, e dos jovens do interior de Castelo são distintas e múltiplas, o que implica diversas maneiras de viver a juventude – a partir da labuta diária, dos projetos tecidos, das expectativas futuras – para além de um conceito de juventude calcado na

homogeneidade. Portanto, optou-se por uma breve descrição do contexto desses jovens.

5.2. Assentamento Nova Safra

Para discorrer sobre o processo de ocupação do assentamento, foram utilizadas informações do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Nova Safra (PDA Nova Safra, 2001) de acordo com Santos (2007)¹³. Como fonte de informação utilizou-se também a descrição dos moradores que residem no assentamento desde a sua criação e os relatos dos jovens que participaram da pesquisa.

O Assentamento Nova Safra, que fica às margens da BR-101, localizado na Regional José Marcos de Araújo, comumente chamada de Sul no município de Itapemirim, aonde as famílias chegaram em 10 de Junho de 1998. No acampamento, resistiram às dificuldades e produziram principalmente produtos para a subsistência, como feijão e milho. No dia 10 de Dezembro de 1998, receberam a carta precatória, isto é a imissão de posse, que a então fazenda seria o novo assentamento denominado Nova Safra, sendo que ele foi criado pela portaria 39 em 23/12/1998. Quando foi decidido ocupar a fazenda 2M, ainda em Linhares, acordou-se que mesmo o acampamento sendo dividido, quando fosse desapropriada a primeira área, os acampamentos seriam reunidos. Em dezembro de 1999 optou-se pela divisão da área em cinco agrovilas, uma estratégia do MST

¹³ A monografia de conclusão do curso de geografia da Universidade Federal do Espírito Santo “A Questão Agrária no Sul do Espírito Santo: o processo de territorialização no Assentamento Nova Safra, Itapemirim/ES”, de Júlio dos Santos concluída em 2007, foi extremamente relevante para a construção desse trabalho, visto que as informações disponibilizadas pela liderança do assentamento, e os relatos orais não cingiam todas as informações necessárias à pesquisa.

de reproduzir no Assentamento, o modelo de organização do Acampamento. Nova Safra foi o quinto assentamento criado no Sul do Estado. O financiamento para os assentados ocorreu somente em 2004 (SANTOS, 2007).

Esta informação foi confirmada pelo assentado do Nova Safra João que disse “nós moradores do Assentamento Nova Safra ficamos acampados quatro anos em uma fazenda de Linhares. Em Junho de 1998, nós saímos desse local e viemos para a fazenda dos Marcondes” (SANTOS, 2007).

Muitos assentados não se adaptaram às novas formas de produção, e de vida, e abandonaram as terras. Aqui fica clara a distinção entre o trabalhador rural e o assentado que chamaremos aqui “de oportunidade” que se beneficia do atual modelo da Reforma Agrária no Brasil. Na maioria das vezes, tem sido usada para enviar, ou devolver para o campo, desempregados urbanos ou alguns excluídos da atividade rural pelos processos de modernização da sociedade, que não têm preparo, ou qualquer identificação com o trabalho rural.

Os jovens têm como ocupação principal o trabalho na terra. Na realidade a organização da localidade exerce atração sobre os adolescentes, que apesar de se verem limitados e desejarem se encaminhar para sair e tentar a vida numa cidade maior diante da falta de perspectivas, ainda se sentem presos à família e aos valores da comunidade.

O que se percebe é que o Assentamento Nova Safra mostra-se, de fato, aquém daquele idealizado. Isso se evidenciou por meio das entrevistas com os moradores que relatam que a própria demora do financiamento já demonstra o “descaso dos políticos”. Além disso, observamos sérios problemas de infra-

estrutura local, como falta de acompanhamento técnico, carência de recursos financeiros, ausência de saneamento básico em algumas casas, insuficiência de máquinas e implementos agrícolas, inexistência de assistência médica e produção muito pequena para a subsistência e a comercialização, que normalmente é feita pelos adultos.

5.3. Castelo

Segundo dado histórico, em 1705 chegava uma caravana de mineradores ao Pico de Forno Grande, impelidos mais tarde (1771) pelos indígenas a refugiar-se no baixo Itapemirim. Em 1845 é organizado no território um aldeamento de índios denominado Imperial Afonsino. Três anos depois inicia-se nas margens dos rios Castelo e Caxixe a exploração agrícola. Mais tarde se estabelecem no aldeamento Imperial Afonsino imigrantes italianos procedentes do município de Alfredo Chaves. A 25 de dezembro de 1928, pela Lei nº 1.687, é criado o município de Castelo, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim.

A cidade situa-se ao sul do estado do Espírito Santo, ficando a cerca de 150 km da capital, Vitória, e a 36 km de Cachoeiro do Itapemirim. Atualmente, Castelo conta com uma população estimada em cerca de 40 mil habitantes, em sua maioria descendentes de italianos que exercem, principalmente, atividades relacionadas à agropecuária e à produção e exportação de rochas ornamentais.

Castelo é uma cidade do interior, mas com características urbanas, portanto, o cotidiano dos jovens rurais, se entrecruza com os jovens urbanos, pois pela proximidade do centro da cidade, e por algumas atividades, como por

exemplo, a venda de produtos agrícolas nas feiras, onde há a possibilidade de novas relações sociais.

5.4. Entrevistas

Seguem os dados obtidos pela entrevista (Apêndice A).

Descrição dos participantes

Para uma melhor localização e consideração sobre os sujeitos pesquisados realizou-se a identificação dos protagonistas do presente estudo considerando idade, estado civil, número de filhos, ocupação, renda familiar e quantidade de pessoas que moram na mesma residência.

Quadro 01: Caracterização do GA

Nome ¹⁴	Idade	Estado Civil	Filhos	Ocupação	Renda familiar	Quantidade de pessoas que moram na residência
Graça	19	Relação Estável	2	Do lar	R\$700,00	2
Elza	18	Solteira	1	Estudante	R\$ 1000,00	6
Tiago	22	Solteiro	0	Lavrador	R\$ 1.100,00	7
João	24	Solteiro	0	Ajudante de pedreiro	R\$750,00	3
Clara	21	Casada	4	Lavradora	R\$ 800,00	6
Fernanda	24	Relação Estável	3	Lavradora	R\$ 800,00	5
Larissa	19	Casada	0	Vendedora	R\$ 700,00	2
Julia	21	Casada	1	Do lar	R\$ 600,00	3

¹⁴ Todos os nomes utilizados são fictícios para garantir o sigilo dos participantes.

Jessica	14	Solteira	0	Estudante	R\$ 780,00	3
Ana	23	Relação Estável	2	Lavradora	R\$ 900,00	4

Quadro 02: Caracterização do GC

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Ocupação	Renda familiar	Quantidade de pessoas que moram na residência
Leonardo	15	Solteiro	0	Estudante	R\$600,00	3
Anderson	14	Solteiro	0	Estudante	R\$817,00	3
Paula	14	Solteira	0	Estudante	R\$700,00	3
Mariana	15	Solteira	0	Estudante	R\$1200,00	3
Carla	14	Solteira	0	Estudante	R\$800,00	3
Joana	14	Solteira	0	Estudante	R\$545,00	3
Leandro	20	Solteiro	0	Estudante	R\$1200,00	4
Francisco	14	Solteiro	0	Estudante	R\$800,00	3
Geane	14	Solteira	0	Estudante	R\$800,00	3
Andréa	23	Solteira	0	Lavradora	R\$900,00	3

Apresentação dos dados

Cabe esclarecer que, em todas as fases de análise, optou-se por manter o máximo da diversidade na organização das subcategorias, independentemente da baixa frequência das respostas. Essa escolha se adequa aos princípios da pesquisa qualitativa, pois preserva os diálogos que podem revelar as diferenças, os estereótipos, e os processos identitários.

Quando solicitados a falar sobre quem eram, suas famílias, suas ocupações, há quanto tempo vivem no meio rural, e o que motivou a mudança para esse meio, pode-se perceber o ideal da vida no campo como um ambiente mais tranquilo e de esperanças de uma vida melhor, conforme diálogos selecionados abaixo:

“Ah, eu não sei, mas eu acho que, porque, no meio rural, assim, pra¹⁵ eles (pais) é mais fácil, porque eles já era acostumado na roça, porque eu acho que eles acha que na roça é mais tranquilo de criar os filhos”. (Elza - GA)

“Questão de terra... meus pais tava precisando de terra, não tinha terra ainda, aí, e aí, teve um, (...) teve as pessoas que falaram que tava dando, é, que um povo tava dando terra, minha mãe pegou e veio, e veio pegou e quando, quando que quando, (...) soube, né, não era tudo aquilo que ele tava falando, pensando, aí, veio me pegou e, me pegou e compareceu, nós compareceu no, nesse, negócio dos sem-terra. Demorô a saí a terra, e quando saiu a gente ficou aqui meio largado, não tinha condição de nada (...) água, luz, morada, coisas pra trabalhá. Mas depois as coisas se ajeitaram, aos pouco a gente foi dando jeito... Hoje não tem como saí daqui, a gente já se acostumô com as pessoa, com as coisa daqui, (...) com o trabalho”. (João - GA)

“Pegar terra, pra plantá, na cidade não tem como plantá e, sabe, plantá é nosso meio de vida. Lá na cidade meu pai já não tava dando conta, era muita gente, faltava até comida às vezes. Ele vivia falando que se nós tivesse uma terrinha ia ser diferente, não ia ter mais sufoco, era o sonho dele. Ai nós viemo...Era nossa última esperança”. (Clara - GA)

“Na verdade nós sempre moramo em roça, meus pais nunca quiseram sair daqui porque não sabem fazer outra coisa. Meu avô já morava aqui em Castelo e deixou esse pedaço de terra para gente. Teve irmão do meu pai que abandonou tudo (...) vendeu, mas nós ficamos”. (Leandro - GC)

“Minha família já quis ir para cidade para eu estudar, mas tem muito medo (...) medo da violência, das droga, dessas coisa assim. Minha mãe, as vezes, vai na rua¹⁶ e quando volta fica

¹⁵ Ressaltamos que nas transcrições apresentadas, foram mantidos os erros de gramática oral, privilegiando-se a fidedignidade dos discursos.

¹⁶ Os jovens utilizam a palavra rua para referir-se ao centro da cidade, ou a Cachoeiro de Itapemirim.

dando graças a Deus, acho que ela nunca vai morar fora de roça”.
(Geane - GC)

“Os meus pais vieram da cidade, mas eu vim bem pequeno para Castelo, acho que com uns três anos, então sempre morei aqui né? Meu pai conta que foi por dificuldade mesmo...ele trabalhava como pedreiro em Vitória, mas as coisas tavam muito ruim. Primeiro ele foi trabalhá como empregado de um tio aqui na roça, depois as coisas foram se ajeitando, melhorando, e a gente conseguiu comprar essa terrinha”. (Leonardo - GC)

Utilizando a técnica de evocação, perguntou-se aos sujeitos: “Quais as palavras que vêm à mente quando eu falo terra?”, e foram organizadas nas seguintes categorias: a) Agricultura; b) Preocupações ambientais. As descrições das categorias podem ser vistas na tabela abaixo:

Quadro 03: Categorização das evocações de GA e GC sobre “terra”

		Jovens rurais do Assentamento Nova Safra (GA)	Jovens rurais do interior de Castelo (GC)
Agricultura	Produção	6	13
	Sustento	6	--
Preocupações ambientais	Meio ambiente	--	4
	Agrotóxicos	--	2
	Planeta	--	2
Total		12	21

- a) A agricultura está fortemente arraigada à representação de terra, como demonstra bem a seguinte frase de um dos participantes: “... é um lugar para plantar e colher”. Diante da grande quantidade de citações referentes às práticas de cultivo tais como “sustento”, “produção”,

cultivo, sobrevivência, cuidado com a terra, ente outros, formulou-se a categoria **agricultura**.

“Terra eu acho é sustento né das pessoa, né, da gente, que a gente pranta, colhe, né, e isso (...) da terra”. (Fernanda - GA)

“A terra serve pra, natureza, né, natureza plantar, né, se não fosse a terra não vinha a plantação, né, plantação pra gente colher, né, plantar pra gente sobreviver, né. Terra é tudo.” (Clara - GA)

“Cultivo, cultivo, as lavouras de todos os tipos. Nós trabalha aqui pra isso, planta milho, café, as verdura que consome aqui na casa mesmo, a terra é pra isso”. (Mariana - GC)

- b) Na segunda categoria, **preocupações ambientais** estão relacionadas às respostas que incluem a terra como “meio ambiente”, “agrotóxico” e planeta.

Ressaltamos que foi percebido nas entrevistas que, apesar de os jovens rurais reconhecerem que os agrotóxicos, em algumas situações, podem prejudicar a saúde das pessoas e a natureza, isso não impede o uso dos produtos.

“Matas, árvores, animais, plantas. A gente aqui do assentamento tem ganhado uma parte da terra que não pode mexer né, tem que proteger, então a gente sabe a importância que a natureza tem para nós.” (Mariana - GC)

“Terra é plantar, colher, cuidar da lavoura, não prejudicar a natureza (...) o certo era não usar agrotóxico, a gente sabe que faz mal pra nós, pra terra, até na escola eles ensinam, mas fazer o que? Ajuda a não dar bicho, se não fica tudo feio... ninguém compra”. (Anderson - GC)

Por outro lado, só os jovens de GC mostraram preocupações ambientais, isto é interessante, pois por participarem do mesmo Programa de educação, os dois grupos têm disciplinas que fazem alusão aos cuidados com o meio ambiente e à preservação ambiental.

“Terra, é o planeta, né, sem a terra a gente não planta, não colhe, não tem vida, não tem nada”. (Leonardo - GC)

“Você quer dizer planeta terra né?(...) O que vem na minha cabeça é proteção, cuidar, a gente vê muita coisa falando de destruição. Até a igreja tá fazendo campanha para a proteção da Terra”. (Leandro - GC)

Os jovens do Assentamento Nova Safra: o rural e o urbano

Para descrever as características pessoais e do grupo foram utilizadas perguntas que permitissem a descrição das características evocadas pelos jovens¹⁷. Descrevemos abaixo as categorias que mais se destacaram: a) Características pessoais; b) Valores; c) Vida Comunitária; d) Vida Rural-Agricultura; e) Vida Urbana.

O primeiro quadro apresentado é composto pelos relatos dos jovens do GA.

Quadro 04: Jovens do Assentamento Nova Safra: o rural e o urbano

		<i>Ingroup</i>	Jovens Rurais	Urbano
Características pessoais	Descrição			
	Trabalhadores/batalhadores	5	3	--
	Têm conhecimento/estudo	2	--	1

¹⁷ Quais as palavras que vêm à mente quando eu falo jovem do MST? Das palavras que você citou quais julga serem positivas e quais as negativas?

Quais as palavras que vêm à mente quando eu falo jovem rural? Das palavras que você citou quais julga serem positivas e quais as negativas?

Quais as palavras que vêm à mente quando eu falo jovem urbano/da cidade? Das palavras que você citou quais julga serem positivas e quais as negativas?

	Legais	2	--	--
	Educados	2	--	--
	Honestos	2	--	--
	Normais	1	--	--
	Preguiçosos/Bagunceiros	--	3	--
	Avançados/esclarecidos	--	1	1
	Espertos	--	--	1
	Desobedientes	--	--	1
	Estressados	--	--	1
Valores	Família	1	--	--
	Ruralidade	1	--	--
Vida Comunitária	Priorizam a comunidade Altruísmo, União e Cooperativismo	4	--	--
Vida Rural - Agricultura	Mexem com a terra e vivem da terra	--	5	--
Vida Urbana	Mais oportunidades	--	--	9
	Violência	--	--	3
	Drogas e bebidas	--	--	3
	Agitação	--	--	2
	Diversão	--	--	2
Total		20	12	24

a) Na categoria **características pessoais** são diversas as expressões utilizadas para descrevê-los, porém, são mais fortemente representados pela descrição “trabalhadores/ batalhadores”. Outras palavras aparecem

também, valem ser ressaltadas: “têm conhecimento/estudo”, “legais” “educados” e “honestos”, pois demonstram a valorização das características do *ingroup*.

“É um povo trabalhado, não mexe com coisa errada (...) A gente ganha a terra, mas também faz a nossa parte, cuida do que é nosso”. (Elza - GA)

“É um pessoal lutador, tem, cada dia, cada dia eu vou matando um gado, passando, uma coisa qualquer assim, pra sobreviver, né, tem responsabilidade com a terra, com o grupo e com a sociedade. Aqui no Movimento é assim”. (João - GA)

“Eles são assim legal, conhecido muito tempo, né, assim conhecido da gente”. (Clara - GA)

Outra questão que é interessante notar é que a educação que é valorizada é aquela que segue os “padrões rurais”, demonstrando tradicionalismo e a manutenção da cultura do grupo.

“São mais educado né, porque a criação da roça é diferente. Os pais dão mais atenção, vê de perto, ensina mesmo”. (Fernanda - GA)

“Honesto, não tira nada de ninguém, como a gente da roça é criado mesmo (...) Meu pai sempre fala que a gente tem que ser homem e honrar a palavra”. (Tiago - GA)

Ao caracterizarem os jovens rurais os relatos mais representativos foram “trabalhadores/ batalhadores”, e “bagunceiros/preguiçosos”.

“Que eles trabalham com a família, no meio rural”. (Fernanda - GA)

“Tem uns jovem que não gosta de (risos) trabalhar e tem uns jovem que gosta (risos), tem uns que já pensa diferente, tem uns que até tem bebê, e tem uns jovens que pensa né, plantar, poder plantar, (...) rural, tem jovem que só pensa né sair, beber, pá..” (Clara - GA)

Para descreverem os jovens urbanos percebe-se um equilíbrio entre características negativas, e positivas que são destacadas a partir das seguintes palavras: “têm conhecimento/estudo”, “avançados/ esclarecidos”, “espertos”, “desobedientes”, e “estressados”.

“Eles estudam mais, né, tem mais assim o movimento, tem mais tempo para estudar. Não dá para comparar com nós que precisa trabalhá”. (Ana - GA)

“Acho que, assim, pessoa, as pessoa assim mais, mais clara, mais... é mais prolongado, entendeu? Pessoa mais consciente que, que se tem que fazer, é esperto, que se diz”. (João - GA)

“Se divertem mais, então abrem mais a mente, tem mais consciência do que tá acontecendo, e os jovens da roça já são mais recatado, né, então, eu acho que é isso”. (Elza - GA)

“Os da cidade é meio estressado assim, nem todos, né, tem alguns né, que, tem alguns que é assim”. (Jéssica - GA)

- b) Dentro do contexto rural observado, a “família” e a “ruralidade” foram **valores** importantes observados para esse grupo, conforme descrito nos falas dos sujeitos.

“Positivo eu acho que eles tem é, ajudar os pais, né, pra poder trabalhar no meio rural, no assentamento, ficam perto da família, tão sempre ajudando”. (Julia - GA)

“Eles valorizam as coisas do campo, o trabalho na roça, as coisas daqui. Valorizam o rural. Eu acho isso importante”. (Larissa - GA)

- c) Na categoria **vida comunitária** fica claro como o grupo prioriza e valoriza a comunidade e estima o “altruísmo, a união e cooperativismo”.

“Vivem em comunidade, pensam em todo mundo antes de decidir as coisas. Quando é uma coisa para o grupo é discutido na associação e a gente vota, acho que isso é importante”. (Clara - GA)

Ah, eu, igual, tem gente que acha que, jovens do MST passa fome e tal, mas eu não acho que seja isso, eu acho que jovens do MST eles também tem progresso, tem muitos jovens que entram no MST, que, que são, como é que fala, técnicos agrícolas, né, técnicos de agricultura, é, como fala, são, cooperativistas também, então, (...)”. (Elza - GA)

“É pros jovens também. A gente discute as coisas daqui do assentamento, as melhoria que precisa, se tem alguém precisando de ajuda nós ajuda, já teve vez de juntá e fazê mutirão pra reformar uma casa. Assim, tem muita coisa, quando eles viajam pras assembléia (...), assim aqueles encontro de sem terra, eles falam o que foi decidido pra nós. Mais é os homi que vão, mas eles fala que nós somos companheira de luta, e então, tem que participar”. (Clara - GA)

É perceptível também que aqueles que não têm esse cooperativismo, aos poucos se excluem, ou vão sendo excluídos pelo grupo, o que pode ser claramente percebido na fala da entrevistada:

Quase todos trabalham né, mais ou menos, vai da vontade de cada um, ninguém é obrigado a nada aqui. Eles sempre conversam com a gente, que a gente tem que se unir, lutar junto, buscar as coisas boas para todos. O que a gente sabe é que quem não ajuda, fica mal visto, a gente não quer no grupo não. Já teve uns que viero pra cá quando ganharam a terra, e depois foram embora, vendero, sumiro. Esses eram daqueles que só queria o bem bom, mas plantá, fica aí de sol a sol não...Pra ficá aqui tem que gostá, porque é muita luta também. Teve um pessoal do assentamento uma vez, que matou um boi da vizinhança, eles não querem saber quem é, quem leva a fama é nós. Parece que nós é tudo ladrão, safado. A gente não quer gente aqui assim. A pessoa mesmo se manca e vai embora”. (Fernanda - GA)

d) Em **vida rural – agricultura** estão categorizadas as respostas que atribuem aos jovens rurais aqueles sujeitos que “mexem com a terra e vivem da terra”.

“Bom, (...) um cara bom trabalhador, mais nada. Sei, é um rapaz, uma pessoa que sai ali do rural, que o, é, mexe com terra. A vida assim, meia, em (...) não é o valor que a gente pranta, o que a gente faz não tem (...) valor. É muito trabalho, e quando chega no final a gente recebe pouco. As pessoas olha um milho, na hora que a gente vai vendê, e fala, tá feio, mas não sabe quanto trabalho tem ali. Isso dói na gente”. (João - GA)

e) De um modo geral, tem-se que, no conjunto de dados da **vida urbana** ela é descrita como um espaço rico em possibilidades (emprego, educação, diversão). Porém, as oportunidades vêm acompanhadas de agitação, violência, drogas, entre outras mazelas, demonstrando que o espaço urbano, apesar de ter inúmeros atrativos, ainda revela-se como inseguro para os jovens GA.

“Ah, é uma pessoa que tem mais possibilidade de crescer, jovens que tem mais possibilidade de crescer, não significativamente que o jovem do meio rural também não tenha possibilidade de crescer, mas o jovem do meio rural pra crescer ele tem que sair pra fora pra crescer, e a pessoa, e o jovem do meio, urbano, ele já tá ali dentro vendo seus lados positivos, seus lados negativos e aonde ele quer crescer, pra onde ele quer crescer, ele já tá dentro do núcleo, de crescimento, e o jovem urbano, né, ele tem que sair, ver qual que vai ser o caminho, conhecer, pra ver qual vai ser o caminho que ele deve ser tomado, num espaço que ele ainda não conhece, que ele ainda não tem conhecimento”. (Larissa - GA)

“Negativo? Toda a violência, não significa que o jovem do meio rural não se envolve com, com violências, drogas, tal, roubos, essas coisas que o mundo traz, o mundo não, as pessoas, né, o homem, mas o, o jovem urbano ele vê muito, né, ele vê muito aquilo muito próximo dele, o jovem rural também não tá longe de, de ter isso perto, né, mas o jovem urbano tem muito contato, você vai numa esquina você vê uma pessoa fumando, você vê, é, pessoas se prostituindo e tal, e o, o jovem urbano mesma coisa também mas o, o, o jovem urbano, da cidade, ele tem muito mais possibilidade, né, de entrar nesse mundo, mas também depende da cabeça de cada um”. (Larissa - GA)

Os jovens do interior de Castelo: o rural e o urbano

Para descrever as características pessoais e do grupo foram utilizadas perguntas que permitissem a definição das características relatadas pelo GC¹⁸. Apresentamos abaixo as categorias que mais se destacaram: a) Características

¹⁸ Foram utilizadas as mesmas perguntas da entrevista dos jovens do Assentamento Nova Safra.

peçoais; b) Valores; c) Vida Comunitária; d) Vida Rural - Agricultura; e) Vida Urbana.

Quadro 05: Os jovens do interior de Castelo: o rural e o urbano

		<i>Ingroup</i>	Rural/ Assentamento	Urbano
Características pessoais	Descrição			
	Trabalhadores/batalhadores	6	10	2
	Têm conhecimento/estudo	--	--	6
	Educados	1	--	--
	Preguiçosos/Bagunceiros	--	--	2
	Sofredores	2	--	--
	Usurpadores	--	2	--
	Revoltados	--	2	--
	Desfavorecidos	--	10	--
Valores	Família	2	--	--
	Ruralidade	1	--	--
Vida Rural - Agricultura	Mexem com a terra e vivem da terra	10	--	--
Vida Urbana	Mais oportunidades	--	--	3
	Drogas e bebidas	--	--	2
Total		22	24	15

- a) Na categoria **características pessoais** as evocações mais representativas são aquelas que identificam o GC como “trabalhadores/batalhadores”, demonstrando o carácter identitário da atividade-trabalho que foi

significativamente citada nos dois grupos pesquisados. Outras expressões também aparecem nessa categoria, tais como: “educados”, e “sofredores”.

“Jovem rural, o trabalhador. (tempo). Um trabalhador que pensa ter um futuro mais digno. A maioria tem responsabilidade, compromisso em ajudar em casa, é bom, forte, pensam no dia de amanhã, mas tem uns que não se preocupam, não sabem o preço das coisas”. (Andréa - GC)

“Rural é só o, o jovens, é, sofredor, cavador da vida, que luta pra ter os, que tem... As coisas que vem mais fácil é ruim, né, é bom as coisas que você constrói com dificuldades, é melhor”... (Francisco - GC)

“Eu acho que a educação de um jovem que mora no meio rural, eu acho que é melhor que a, a educação das pessoas, dos jovens que moram na, no meio urbano, né, na cidade, não que, que sejam mal educados mas são, eu acho que a educação do meio rural é melhor”. (Leandro – GC)

“Jovens que estão hoje no mundo rural sofre mais né, mais (...) também faz coisa errada, tem gente que acha que as coisas são muito difícil, mas a vida é difícil mesmo”. (Francisco - GC)

Ao caracterizarem os jovens rurais do Assentamento Nova Safra os relatos mais representativos foram “trabalhadores/ batalhadores”, e “desfavorecidos”, mas ainda aparecem descrições como “revoltados” e “usurpadores”.

“Quando eles encontram um, terreno, bem judiado, vão e, cultiva ele e planta, são trabalhadores, correm atrás daquilo que querem”. (Anderson - GC)

Na subcategoria “desfavorecidos” estão as expressões que relatam o quanto os jovens do GA são vistos como desprovidos, seja de justiça, de moradia ou de emprego.

“Passa a vida toda nos acampamentos, nas invasões, injustiçado, às vezes, acaba até morrendo né, porque os fazendeiros mandam matar”. (Leonardo - GC)

“São jovens que não tem um, assim um, um lugar fixo pra morar, vive debaixo de cabana, né, ou serviço, às vezes, isso não é justo né”. (Joana - GC)

Como descrito acima aparecem citações que denotam uma visão dos jovens do Movimento como “revoltados” e “usurpadores”. Ressaltamos esses últimos adjetivos que parecem estar muito relacionados com as notícias veiculadas na mídia.

“É revolta porque eles não tem terra, eles querem cultivar, ter seu plantio, para tar tirando a sua renda e não conseguem a terra e, e eu acho que mau infra-estrutura do governo. Mais eles podia tentar conseguir isso sem invadi, brigá, matá”. (Leonardo - GC)

“Ah eles tomam fazenda dos caras mais ricos, invade, bota fogo em tudo, ah essas coisas que a gente vê na televisão. (Mariana - GC)

Os jovens urbanos são vistos como aqueles que têm mais “conhecimento e estudo”, como “trabalhadores/batalhadores” e também, como “preguiçosos/bagunceiros”.

Quando se referiam aos jovens urbanos como mais “estudados”, o fator pouca disponibilidade de tempo para se dedicar aos estudos foi muito recorrente, visto que, os jovens rurais, em sua maioria, alternavam a jornada escolar, como o trabalho com os pais na lavoura.

“Jovem urbano é que eles moram na cidade, eles têm, os pais trabalham, eles estudam mais, né, são mais esperto parece”. (Paula - GC)

Não foram poucos os momentos em que foram feitos desabafos em relação à carga de trabalho, que apontavam para a perda de momentos livres que lhes permitissem gozar experiências diferentes e fugir do controle do tempo e das atividades.

“Urbano, muitas das vezes tem muitos jovens, mora na, nas cidades, mas tem os seus trabalhos fixos. Mas eles não são como a gente, que trabalha porque precisa, trabalha duro mesmo. Eu mesmo tive que pará os estudo um tempo, porque não aguentava trabalhá na lavoura, ir na feira vendê os produto, e depois estudar de noite.” (Andréa - GC)

O trabalho também foi à justificativa dada por muitos jovens rurais para a evasão e o atraso escolar, o que segundo eles, apesar de ser uma realidade vivenciada por poucos jovens urbanos, por ser um “trabalho mais leve”, não prejudica tanto a vida acadêmica, conforme cita a entrevistada acima.

“Jovem urbano, da cidade, eu penso que... que lá tem muita coisa errada pro cara aprender, já no interior, não, interior, mais, assim, igual, o pessoal é mais simples, mais (...) na vida, mais trabalhador, já o jovem da cidade, não, o jovem da cidade é mais preguiçoso... também tem alguns trabalhador, mas só que tem muita gente que vai pelo caminho errado, mas tem muitos lados errados, né, vão pra bagunça”. (Francisco - GC)

“Ah, ele só pensa em estudar, não quer nada com a vida, não tem compromisso com nada. Tenho uns primos que moram na cidade eles tem de tudo, som, computador, só sabe falar disso, mas ficaram reprovados. Meus tios falaram que é de tanto que eles ficam no computador, e nem brigaram, sabe. Parece que nem liga. Tem de tudo, mas não valoriza nada”. (Carla - GC)

b) Citações sobre a família e a ruralidade compõem a categoria nomeada **valores**. Os comentários agrupados nessa classe são acompanhados por questões que são valorizadas pelos jovens rurais, conforme descrito abaixo:

“Eles ajudam os pais na roça, pra ver, pra poder sustentar as casas. Valorizam a família, os pais, obedecem eles”. (Geane - GC)

“O morador, o morador da roça que ele num, ele é, ajuda a, a plantar, esses negócio assim, pra ter o produto pra levar pra, urbanização, ou a cidade no caso. Os jovens ficam mais preso as coisas daqui da roça, não tem muita coisa de tecnologia, coisa nova”. (Carla - GC)

- c) A terceira categoria diz respeito à **vida rural – agricultura** que descreve os jovens rurais como aqueles que “mexem com a terra e vivem da terra”.

“É na roça eu ajudo meu pai a fazer diversas coisas na roça, como capiná, passá veneno, roçar, panhá café, tudo eu ajudo ele. Sabe como é, ele criou a gente desde pequeno ajudano, agora já tamo acostumado. Tem dia que não vou para roça porque tenho que estudar, ou ir na cidade, e sinto até falta. A gente vive é disso, nossa família eles plantam e e colhem e tem o seu produto pra eles viverem aí pela vida o resto da vida.” (Anderson - GC)

- d) Em seguida são apresentadas informações referentes à **vida urbana** que ao mesmo tempo em que é apresentada como sinônimo de “mais oportunidade” vem também vinculada a “drogas e bebidas”.

“Jovem, no caso, é, os da cidade, vai mais, é, é, tem mais emprego na cidade, né, aqui a gente só tem o trabalho na roça mesmo, se não gostar não tem jeito (...) Aliás na cidade tem mais oportunidade de tudo, de sair de divertir, de estudar.” (Joana - GC)

“Ficam em panelinhas até altas horas da noite, ligada no esquema, fumam, bebem levam os que, das escolas pra fumar também, vai passando de amigo pra amigo, às vezes, o amigo fala que não vicia na primeira vez mas acaba viciando em drogas e tem uns outros também que pode a, que você olha até no trabalho, que tem uma oportunidade a mais de trabalhar e ajudar os pais dentro de casa”. (Geane - GC)

Estereótipos e preconceito

Quando questionados se já passaram por alguma situação preconceituosa que julgavam ser devido a sua origem rural, tivemos respostas divergentes entre os dois grupos pesquisados, pois todos os jovens rurais do interior de Castelo não perceberam indícios de preconceito por sua origem rural, em contrapartida, 40% dos jovens do Assentamento Nova Safra relataram situações em que se sentiram discriminados, conforme discorreremos a seguir.

“Um monte, monte. Quando fala que é do MST, que é daqui, eles não dão serviço. Já acha que você é desocupado, preguiçoso, que tomo o que era dos outros, que não vai dar conta de trabalhar no pesado. E quando dão, já tentaram me passar a perna, acha que porque a gente é da roça é meio bocó, quer pagar menos.”(João - GA)

“Já sim, às vezes eu fui assim, numa loja né, assim, no MST é assim, (...) eu falo que eu sou lavradora, aí as pessoas fica me olhando, né, às vezes fica até rindo, mas só que eu num abaixo a cabeça não, elas que fique pra lá.” (Fernanda - GA)

“Já, ah, tipo, os, jovens da cidade se acham, né, que chamam a gente de "da roça", de "caipira", de "roceiro", então isso é preconceito, né. Eles nem conhecem a gente direito, e já acha que são melhores.” (Elza - GA)

A expressiva maioria dos jovens sente constrangimento pelas situações vivenciadas, alguns relatam à revolta e o incômodo com a circunstância, mas quando perguntado se eles costumam responder, ou tomar alguma atitude em relação a discriminação, percebe-se que não costumam responder, ou revidar.

Há aqueles jovens que apesar de relatarem situações em que são identificados como “dá roça” parece não se sentir incomodados, e simplesmente aceitam essa categorização com naturalidade, como se isso já fizesse parte desse processo de reconhecimento social.

“Não, quando eu falo que eu sou dos sem-terra o pessoal até fica interessado em saber como foi a história. É, falar, como foi a história, como é que foi passar pros assentamentos, com a minha história teve, fazenda, é, incendiada, tirou telha, essas coisa tudo, aí quando eu começo a falar desde o comezinho, como é que foi, que teve isso, aí eles fica meio assustado, mas a história vai andando (riso) (...) Foi muito difícil o começo, teve tiroteio¹⁹, peguei trauma de fogo por causa de, por causa do fogo que colocou na fazenda, e eu tinha o que, eu tinha uns, uns cinco anos, acho, eu tinha uns cinco anos aí eu não podia ver fogo, eu via qualquer fogo eu já falava com minha mãe.” (Larissa - GA)

¹⁹ A jovem refere-se ao momento em que acampou na Fazenda 2M, que seria o futuro Assentamento Nova Safra. Segundo relatos dela, os vizinhos colocaram fogo nas barracas e atiraram contra eles para expulsá-los da fazenda.

Ao assumir essa nova identidade rural, Larissa carrega o ônus de uma categoria que é estigmatizada nos espaços urbanos por onde circula. Em sua narrativa resgata a difícil experiência de ser assentada e por isso ter que sempre dar explicações de como se deu a sua chegada ao assentamento, o que passou, e entre outras coisas, como recebeu a terra. Apesar de as vivências desse tipo ocorrerem cotidianamente, e ser um assunto que para ela, é doloroso, em momento algum de seu relato ela aciona elementos da sua origem urbana como forma de defesa, ao contrário, o processo penoso é enfrentado, reforçando a identidade rural e valorizando o conhecimento que esse universo lhe trouxe.

“Já, ah, tipo, os, jovens da cidade se acham, né, que chamam a gente de "da roça", de "caipira", de "roceiro", então isso é preconceito, né. Eles nem conhecem a gente direito, e já acha que são melhor, faz piada, eu já passei por isso.” (Elza - GA)

Muitos jovens não sofrem ou não percebem a discriminação, tendendo a ter uma visão mais positiva do seu próprio grupo, o que faz parte do processo de identificação social.

“Acho que falam né (...), eles falam que a gente é assim meio caipira, que não sei o que, essas coisas de roça, que não sei o que, eu não ligo, não tem nada, eu gosto, eu gosto de ser da roça. Não ligo, sinto orgulho.” (Clara - GA)

Expectativas em relação ao futuro

À luz da atual situação e dos fatores limitantes apontados pelos jovens rurais, investigaram-se também seus planos para o futuro, incluindo a perspectiva de permanecer ou não no meio rural. A maioria dos jovens é otimista em relação ao seu futuro acreditando que sua situação em relação àquela que se encontra hoje deve melhorar.

Ao discorrerem sobre suas expectativas em relação ao futuro, o GA e o GC delinearão muitos sonhos, e algumas metas bem claras do que gostariam de conquistar. Para descrever as expectativas optamos pelas seguintes categorias:

a) Estudos/Vida Profissional; b) Família; c) Lugar para morar.

Quadro 06: Expectativas em relação ao futuro

		Jovens rurais do Assentamento Nova Safra (GA)	Jovens rurais do interior de Castelo (GC)
Estudos/Vida Profissional	Ensino Médio	6	4
	Ensino Superior	4	6
Família²⁰	Deseja constituir família	2	8
	Não deseja constituir família	2	2
Lugar para morar	Meio rural	7	--
	Meio urbano	3	10
Total		23	34

a) A primeira categoria refere-se a **estudos/vida profissional**.

Destacamos que a maioria dos jovens do assentamento Nova Safra pretende apenas terminar o ensino médio, e no máximo fazer um curso

²⁰ Essa pergunta foi feita apenas para os jovens que ainda não eram casados, ou não tinham uma relação estável.

técnico, visto que na visão de alguns deles, isso garante uma entrada mais imediata no mercado de trabalho, e conseqüentemente mais oportunidades.

“Eu, eu, falando eu, eu, queria ser é queria ser um técnico de mecânica, porque já trabalhei com carro e eu gostava muito. Na época eu só parei porque mó do patrão, o patrão não valorizava o serviço e eu, só falava que tinha que fazer os curso, pagava mais para os cara que tinha. Mais eu não tinha cabeça pra isso na época. Ai peguei e parei”. (João - GA)

“Não, eu adoro o que faço, eu pretendo crescer nessa área mesmo que faço, do que eu faço, eu sou vendedora, eu pretendo crescer nessa área, por exemplo, entrar numa loja e ser uma vendedora, depois quem sabe virar a gerente e tal, eu gosto desse meio de mexer com publico, tal. Fazer um curso técnico de vendas, quem sabe? Mas, eu to no início ainda da vida, né, eu não sei se, se, isso vai ser o meu, o que eu quero mesmo, e depois se vai ser o que vai tar dentro daquilo que eu quero pra minha vida, né, então eu posso tar pensando em outra área de serviço que eu goste mais, pro, é, procurar me profissionalizar pra me encaixar nessa área, que emprego hoje aqui não falta, só falta pessoas capacitadas pra preencher as vagas, né, então como eu só tenho só o ensino médio, completo, eu tenho que tar correndo atrás de alguma coisa, só que, no entanto, eu faço aquilo que eu gosto, trabalho como vendedora, só que em primeiro lugar eu to em foco na minha casa. Depois que eu terminar a minha casa aí sim eu vou trabalhar pra em foco dos meus estudos, que aí depois que eu consegui aquilo que eu quero, aí sim eu vou e foco nos meus estudos, aí eu vou colocar minha vida pes, minha vida profissional em primeiro lugar, mas por enquanto eu to em foco do trabalho pra terminar minha casa pra mim ser feliz aonde eu moro, pra mim chegar do meu trabalho e me sentir a vontade dentro da minha casa, pra mim saber que depois quando eu começar a trabalhar aquele salário vai ser os meus estudos e não, por exemplo, eu começar a trabalhar agora e vou começar a estudar, vou começar a estudar mas eu vou chegar em casa e não vou me sentir bem, porque eu vou tar em dois cômodos, vou tar vendo aquele oro, o lado outro da minha casa sem fazer, sem conforto, então assim, eu coloquei esse objetivo primeiro na minha vida, pra depois vim os estudos e depois crescer a família com os filhos (riso)”. (Larissa - GA)

Há ainda aqueles que vêem no curso superior a possibilidade de ter novos conhecimentos, e poder proteger a si mesmo, e aos seus, conforme descrito abaixo.

“Quero ser advogada porque entende das coisas, das leis, fica mais difícil ser enganado. A gente passa muito sufoco, porque não entende das coisas. Aqui mesmo, a gente vai pela cabeça dos outros, mas não sabe o que é direito nosso mesmo. Penso em me proteger e proteger o pessoal também”. (Elza - GA)

Entre os jovens rurais do interior de Castelo, apesar de a idade média dos entrevistados ser menor que a dos jovens assentados, a meta de fazer um curso superior parece algo mais claro, mais definido.

“Apesar de trabalhá aqui na roça ajudando meus pais, eles nunca deixaro eu pará de estudá, sempre dissero que o meu futuro tem que ser trabalhalhando, numa boa profissão, porque essa vida aqui da roça ninguém aguenta, né. (...) Eu quero ser professora, gosto muito de história, de geografia, e acho que vou ser uma boa professora”. (Joana - GC)

“Quero ser arquiteta (...) porque eu gosto de desenhar, gosto de casas, gosto de ver revistas. Eu até ajudei a minha mãe a escolher as coisas para reforma daqui de casa. (...) Tenho uma tia que mora em Vitória, e o meu pai já deixou eu ir morar com ela para estudar. É o meu sonho.” (Geane - GC)

- b) Na categoria **família** estão contempladas as repostas dos jovens rurais que desejam, ou não, constituir uma família. Ressalta-se que essa pergunta foi feita apenas para os jovens que ainda não eram casados, ou não tinham uma relação estável. Os resultados encontrados demonstram que a maioria deseja constituir família, mas continuar ajudando a família em que nasceram.

“Futuro é desde cedo assim aprender com os pais o que fazer da vida pra no futuro ter um, a vida melhor, uma situação (...) que vai ser. Em relação à família? Pretendo assim ficar com minha família, apoiar, ajudar, eles também me ajudam desde cedo,

pretendo ajudar eles também no futuro se eu tiver condições. E ter a minha família também, lógico (risos)". (Paula - GC)

"Como eu disse quero fazer medicina para ser pediatra né. Então no futuro, quero arranjar um trabalho quando eu for de maior e poder ajudar a minha família, né, minha mãe também que precisa de bastante ajuda. Depois, quando eu já tiver dado uma casa melhor pra eles, já tiver uma casa pra mim e um carro, aí eu caso". (Geane - GC)

"Ah família... não penso nessas coisas ainda não, sou muito novo, falo pro meu pai que não quero casar, ter filho, nada dessas coisas (risos)". (Francisco - GC)

- c) O meio urbano aparece como a preferência dos jovens rurais do interior de Castelo como um **lugar para viver** no futuro, visto que, segundo eles, oferece maiores possibilidades de emprego e praticidades que não são encontradas no meio rural.

"Eu acho que quero morar no meio urbano, mais fácil, a vida lá é mais fácil pra, do que aqui. (...) Em tudo, tem mais oportunidade, mais emprego, mais lazer, acho que tudo é melhor". (Andréa - GC)

"Olha, é lá porque tem outra oportunidade, né, o rural aqui não dá valor, o valor que ce faz, ce, ce plantou uma coisa, ce plantou e aquilo lá não tem valor, se você não tiver, assim, faz só pra comer mesmo, que no pra, vender, tirar pra vender, já não tem, é muito pouco". (Leandro - GC)

Há ainda os jovens que ressaltam a tranquilidade do meio rural, e a opção por continuar vivendo nesse meio que é "calmo" e ligado as suas raízes.

"Eu pretendo continuar no meio rural, só que, porém, um lado negativo desse meio rural, aqui aonde que a gente mora é só eu acho o lado da escola, por causa de, por causa do lado da escola de ter filhos, seus filhos, por exemplo, aí seus filhos tem a escolaridade dentro do meio rural até a quarta-série e depois ter que ir pro meio urbano. Mas mesmo assim eu prefiro continuar aqui, é mais calmo". (Larissa - GA)

"Gosto daqui! Gosto, não gosto de cidade não. É muita correria, ninguém conhece ninguém direito, eles parece que vão sempre tirar a mãe da força. Eu gosto de plantar as minhas flores, meus tempero, minhas erva de chá, mas a parte da roça mermo, do

milho, do café, fica com meu marido. Ele já tá mais acostumado, já trabalhava na terra desde menino”. (Elza - GA)

Apresentamos a seguir a discussão dos dados relatados.

6. DISCUSSÃO

As identidades que os jovens rurais explicitam foram fruto de inúmeras relações sociais estabelecidas e cultivadas com o meio que os rodeou, da maneira como eles conceberam as relações oriundas desse processo de interação e das condições reais que permearam esses vínculos estabelecidos.

À medida que estes sujeitos falavam e caracterizavam que o objetivo maior de seus pais era a busca pela terra, percebe-se que esse “pedaço de chão” passa a ser um objetivo comum, e a possibilidade de mobilidade social. Este motivo se constituiu uma das principais forças para lidarem com as situações desconfortáveis em que viviam.

Neste movimento de tentar relatar quem eles são, embora tenham mostrado suas diferenças, busca-se também uma igualdade. Suas trajetórias reproduzem o percurso de grande parte dos jovens do campo no Brasil (Castro, 2005), que se desenvolvem em meio a condições sociais e econômicas adversas, mas que seja por influência dos pais, ou por desejo de uma vida melhor, destaca-se como uma espécie²¹ que deposita na terra as esperanças “de melhora”.

Ressaltamos que não se pode entender o que esses jovens são, somente a partir dessa mobilidade, e desse percurso itinerante, das migrações que vivenciaram, pela classificação de assentados, ou de desfavorecidos: há que

²¹ Termo utilizado por Ciampa (1987) para designar as mesmas condições materiais de existência que influenciam na dinâmica da identidade.

considerar principalmente as ações que eles executam, os estudos, o trabalho, pois são elas as responsáveis pelas concepções que explicam e que dão sustentação ao que eles fazem no dia a dia (Ciampa, 1987).

O contato com realidades distintas (rural *versus* urbano), grupos, conceitos, ideais, permite ao jovem rural, a constituição da representação social de si, que Frossard (2003, p. 42) descreve como um “conjunto de informações, imagens, símbolos, definições, idéias, crenças, saberes, concepções culturais que surgem das inter-relações coletivas do ser em um dado contexto social e irá interferir na construção ou formação das identidades sociais”.

Não há como negar que outras características têm se agregado a essas identidades, muitas das quais resultantes de uma maior interação entre os espaços rural e urbano, atualmente inseridos nas mesmas condições emergentes do modelo de produção capitalista financeiro, num contexto de globalização. Entretanto, reconhece-se que alguns elementos que há anos conformavam a identidade do jovem rural, de certa forma, ainda hoje podem ser observados, e entre eles destacamos o trabalho rural.

O que o trabalho representa socialmente transcende, pois, seu caráter instrumental, sua vinculação à necessidade de sobrevivência do trabalhador e da família. Apesar de o trabalho ser sacrifício e esforço, é também fonte de dignidade e de motivação. Não tem um caráter apolítico e, geralmente, é reforçado por representações como: aquele que trabalha é bom caráter, tem bons costumes e retidão moral. Assim sendo, ser um jovem trabalhador rural é ser um motivo de orgulho para a família e para a sociedade.

De acordo com Silva (2009) que realizou um estudo sobre honra com jovens urbanos de um programa de aprendizagem profissional, assim como o trabalho adulto, o trabalho do jovem, principalmente do sexo masculino, é valorizado por classes populares, pois o trabalho faz com que eles fiquem mais responsáveis, adquiriram habilidades sociais, e tenham reconhecimento social pelo trabalho.

Portanto, ao descreverem o jovem urbano como “preguiçosos/bagunceiros” e atribuírem-lhes estereótipos com valoração negativa, conclui-se que isso ocorre devido ao processo de comparação social em que existe a tendência a colocar em patamar inferior – ou excluir de alguma outra maneira – aquele que ameaça a autoestima de alguém, estereotipando-o.

Ciampa (2001) afirma que nos tornamos aquilo que fazemos, ou seja, nossas atividades, mesmo que temporárias, acabam nos caracterizando e nos identificando. Neste processo, verificamos que os jovens rurais no Brasil têm sido identificados a partir do que fazem desde o início da colonização, ou seja, atividades relacionadas à agricultura.

Segundo Sarriera, Schwarcz, Câmara, Bem e Gandarillas (1996), o “vínculo (trabalho) pessoa-sociedade possibilita um sentido de participação e utilidade” (p. 92). Isto posta que o trabalho, mas não apenas ele, atua como um estruturante da identidade, pois pode proporcionar ao jovem um sentido de vida, contato com novas informações e aprendizagens, além de permitir novas relações sociais. Porém, no meio rural brasileiro mantem-se não apenas a tradição escravista, que dissocia o trabalho do conhecimento (Abramovay, 2000), como a separação do trabalho masculino do trabalho feminino.

Percebe-se no discurso dos jovens rurais uma divisão dos espaços sociais laborais. Segundo Castro (2006) este movimento estaria ligado aos seguintes fatores: os processos de socialização do meio rural baseados numa divisão sexista do trabalho que, geralmente, exclui a mulher do processo produtivo, ou seja, há a preparação das filhas para o trabalho doméstico e dos filhos para o trabalho na terra. Além disso, a questão da herança também é recortada pelas questões de gênero, visto que “o provável herdeiro diferencia-se dos demais filhos, tanto em termos de prestígio na família, quanto em relação às cobranças e expectativas dos pais” (Castro, 2006, p. 262).

Ora, é indispensável registrar que é bastante forte no cotidiano rural a incidência da cultura patriarcal, que é transmitida às gerações, através do ensinamento dos valores, princípios e costumes, o que acontece desde a socialização primária – realizada pela família, até o reforço que é dado na, e, pela sociedade através da socialização secundária, transmitida através da igreja, da escola, dos meios de comunicação e de todas as demais instituições da sociedade.

A quebra do relativo isolamento econômico e a maior integração aos valores da sociedade urbano-industrial estimulam a formulação de projetos individuais voltados para o objetivo de “melhorar de vida”. Em consequência disso, a criação de novas necessidades rompe o campo de possibilidades de realização de projetos individuais. Tal alteração é percebida pela valorização do estudo. Através do contato com jovens de origem urbana, novos valores são adquiridos, mudando substancialmente o padrão de comportamento dos jovens

desta geração que passam a incluir em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicos da juventude urbana.

Assim como em trabalhos conduzidos por Carneiro (1998), Mello et al (2003) e Portela (1999), os resultados desse estudo demonstram a preferência dos jovens rurais do interior de Castelo em habitar futuramente no meio urbano, e ter acesso a educação como uma forma de “ser alguém na vida”. A pesquisa de Martins, Trindade e Almeida (2003) reforça essa ideia e propõe uma nova significação do que é esse “ser”, pois a partir da análise de adolescentes de diferentes inserções sociais, que residem parte em área urbana, e parte em zona rural foram encontrados os seguintes resultados. O discurso mais significativo dos adolescentes urbanos relaciona à adolescência a diversos valores, “ter”, ou seja, ter condições de curtir a vida, ter carro, e etc. Já para os jovens rurais prevalece o discurso da importância do “ser”, ou seja, é importante que ele seja responsável e etc. Apesar dos discursos parecerem antagônicos, percebeu-se que para os jovens rurais o “ser” era o melhor caminho para o “ter”. Essa visão da juventude é pontuada pelas autoras como reflexo de um sistema econômico consumista e materialista, que valoriza aqueles que têm.

A atividade humana está inserida em um sistema de relações sociais, e essas atividades estão estreitamente ligadas aos papéis vividos na sociedade, com a consciência das ações individuais, pois tal atividade é o que estabilizará o sujeito no meio em que está inserido. A atividade atua deste modo, com um caráter identitário, pois para Leontiev (1978) a sociedade produz a atividade que forma seus indivíduos. O trabalho realizado pelos jovens rurais, a atuação na

comunidade e a ação organizativa dos afazeres do Movimento, conferem a esses jovens uma consciência de si e um sentimento de pertença grupal (TAJFEL, 1983).

A maioria dos jovens rurais do Assentamento Nova Safra tem como expectativa futura a permanência no meio rural. Relatamos o quanto à aquisição da terra era um bem significativo para os pais e para esses jovens, como possibilidade de sobrevivência e mobilidade social, e “o compromisso moral com a família é ainda muito forte, proporcional ao reconhecimento pela ‘ajuda’ familiar, o que cria uma situação de dívida jamais quitada” (Carneiro, 1998, p. 101). Podemos também, perceber isso, como a ratificação de que “o grupo surge quando os interesses de várias pessoas confluem e necessitam de uma canalização em uma circunstância histórica concreta, filiando-se, assim a um grupo” (MARTIN - BARÓ, 1989, p. 219).

Percebemos que os participantes definem sua identidade, por meio do processo de categorização e comparação social (Tajfel, 1983), ou seja, ao observar o outro e identificar as características dele, o indivíduo pode olhar para si e perceber que não é como aquele outro e, portanto, é distinto. Ao perceber suas próprias características, as quais fundamentaram a escolha pela participação neste grupo, os jovens rurais atribuem valorização positiva ao *ingroup*, como, por exemplo, honestos, trabalhadores, batalhadores, educados, e etc. Porém, nesse processo a dinâmica apresentada é que não há apenas um *ingroup* ou um *outgroup*, por exemplo, quando os caracterizamos como rurais, percebe-se que o *outgroup* são os jovens urbanos, por serem, “violentos”, “bagunceiros”, “beberem” e etc. Em contrapartida para os jovens rurais de Castelo, ao caracterizarem os

jovens do Assentamento como “desfavorecidos”, e “usurpadores” há aí um estereótipo negativo, e uma clara exclusão desses últimos jovens.

Segundo Gianordoli - Nascimento (2006, p. 229) esse exemplo vai ao encontro daquilo que Souza (2005) nomeia de “processo de inclusão/exclusão, que se dava por meio das diferenciações grupais (tanto positivas quanto negativas) baseadas em posições ideológicas e comportamentais, que permitiam identificar o outro como diferente.”

O compartilhamento de símbolos que caracterizam o *ingroup* e o *outgroup* indica a existência de estereótipos consolidados, que representando ou não características legítimas, devem servir de base para o estabelecimento de relações intergrupos, constituindo-se como mediadores das percepções, conhecimentos, ações dos dois grupos (Tajfel, 1981). Assim, as redes das quais os jovens fazem ou fizeram parte são constitutivas dessas identidades, por um lado. Por outro, se percebe de forma mais clara, espaços em que “possíveis identidades jovens são forjadas, espaços por onde grupos mais ou menos delineados circulam, interagem, negociam suas diversidades, permeados pela experiência dos chamados mundo rural e mundo urbano” (CASTRO, 2005, p.158). É interessante notar que apesar de serem atribuídas características negativas ao *outgroup*, como violentos, mal educados, preguiçosos, estressados, e os jovens rurais conferirem muitas dessas características ao próprio ritmo que vida urbana impõe aos jovens, o ambiente citadino ainda é um atrativo para os jovens do campo.

O genérico e o particular integram-se na dinâmica do dia a dia dos sujeitos. Embora a terra significasse um sonho, um desejo e a necessidade de cada um

deles, ela também se constituiu em uma necessidade de um homem universal, pois através desse “pedaço de chão”, independente de serem assentados, ou não, eles passam a participar de um outro status social.

Verificamos que o trabalho e o cuidado com a terra limitam o tempo dos jovens rurais, especialmente em relação aos estudos e ao lazer. Mas mesmo vivendo essa dificuldade, isso não se mostra um motivo para abandonar os estudos, que assegura, de alguma forma, um melhor futuro profissional, e nem a terra, que é que onde a família tira o sustento para a sobrevivência. Desta feita, descobrimos nesses jovens aquilo que chamamos de integração entre o homem genérico e o homem particular, mesmo que para ser esse último, significasse vivenciar algumas perdas cotidianas.

Ao resgatarmos Ciampa (1987), que fala dos movimentos identitários a partir da relação entre a igualdade e a diferença, destacamos que esses jovens possuem traços comuns com outros jovens rurais, mas também características que os tornam únicos.

Finalmente percebemos que dentre os traços universais, identificamos o fato de todos terem uma inserção na ruralidade, têm a terra como um valor, a maneira de eles procurarem melhores condições de vida para o homem do campo, e etc. Entre os aspectos que retratam a unidade, e a particularidade, encontramos diversas dificuldades em lidar com o pouco tempo para os estudos, com os estereótipos negativos, ou com as ansiedades em relação ao futuro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais questões da Teoria da Identidade Social é que os indivíduos buscam uma identidade social positiva. O ambiente que rodeia o sujeito atua, e reforça o sentimento de pertença, a um ou a diversos grupos sociais, conforme a estima e o significado emocional que o indivíduo atribui a essa pertença. Deste modo, utilizamos da categorização social, ou seja, uma forma de organizar e sistematizar o ambiente social, para refletir sobre os valores sociais. Assim, os conceitos de identidade social e de categorização social aparecem como indissociáveis, visto constituírem-se enquanto lugares de confluência entre o cognitivo e o social.

Destarte, podemos concluir que a Teoria da Identidade Social nos permitiu investigar as construções identitárias desses jovens rurais, se mostrando como um instrumento de discussão teórica e embasamento crítico dos movimentos identitários que identificamos.

Acreditamos que a escolha de jovens rurais, assentados, e moradores do interior de Castelo, que a princípio pareciam-nos tão semelhantes, trouxe-nos inúmeras vantagens, pois se mostravam dispostos a responder as questões propostas nas entrevistas, o que favoreceu a visualização dos processos identitários, os sentimentos de pertença, e os estereótipos construídos.

Pudemos perceber que o contato dos jovens rurais com diferentes realidades, e grupos sociais atua diretamente na formação de suas identidades. De um lado está a família, os amigos e a comunidade influenciando na formação de valores e de uma identidade local deste jovem, e, de outro lado, estão o

contato com o jovem da cidade, a televisão, e outros meios que fazem com que o jovem tenha contato com o mundo urbano e construa novas formas de ser e estar na vida.

Os elementos referentes ao rural são em geral positivamente valorizados, mas também são avaliados criticamente. A vida calma é colocada como contraponto à vida corrida e perigosa das cidades, a agricultura e o trabalho do jovem rural são considerados relevantes, dignos e também difíceis e desgastantes; a vida no campo é pacata, mais saudável, mas é também trabalhosa e em algumas situações pode prejudicar a saúde das pessoas e a natureza devido à necessidade do uso de agrotóxicos.

Concluimos também que muitos são os fatores que contribuem para o anseio de mudança dos jovens do campo para a cidade. A oportunidade de dar continuidade aos estudos, de ter opções de lazer, de buscar uma vida melhor por meio de um trabalho menos cansativo, associa-se às questões relacionadas à lógica de reprodução familiar, às relações de hierarquia, e ao pouco investimento que é feito nesses sujeitos. Nesse sentido, os jovens rurais remetem-nos a temas que desafiam a estrutura da sociedade brasileira. Pensar nas idas e vindas desses jovens, significa refletir sobre a desigualdade da estrutura fundiária do país, bem como, entre outras questões, na escassez de políticas públicas para esse grupo.

Acreditamos também que pudemos contribuir para a construção de novos conhecimentos acerca dos jovens rurais, visto que ainda é uma área pouco explorada pela Psicologia Social. Enfatizamos a importância de estudos com esse grupo que ainda sofre pela invisibilidade das produções acadêmicas, e sugerimos

novas produções que possam discutir a questão de gênero, pois, se os jovens rurais já sofrem com a invisibilidade, as jovens rurais, são sujeitos ainda menos contemplados nas pesquisas científicas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **“O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”** - IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política -Porto Alegre, junho, 1999 a.

_____ **“Agricultura e desenvolvimento territorial”** - Reforma Agrária vols. 28 e 29n° 1:49-67 1999 b.

ADORNO, S. **Adolescentes, crime e violência.** *In:* ABRAMO, H.W; FREITAS. M.V. de; SPOSITO, M.P (Orgs). Juventude em Debate. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, Lda, 2002.

BEZERRA NETO, L. **Sem terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -1979-1998.** Campinas: Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1998.

BRUM, A. J. (1988) **Modernização da Agricultura.** Trigo e soja. Petrópolis : Vozes; Ijuí : FIDENE. 1988

CÉSAR, M.R.A. **A invenção da "adolescência" no discurso psicopedagógico.** 1998. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) □ Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CALVÓ, P. P. Introdução. In: **Pedagogia da Alternância – alternância e desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional. Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARNEIRO, M.J. **O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARTER, M. (Org). *Combatendo a desigualdade social no Brasil: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CHAUÍ, M. **Uma ideologia perversa**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, p. 5, 1999.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social**, 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. **Fundamentalismo: A recusa do fundamental**. São Paulo, SP. Trabalho apresentado na mesa-redonda Novos rumos: Religião e espiritualidade no Terceiro Milênio no IV Ciclo de Reflexões e Debates: Religiões e a inclusão/exclusão de pobres, negros e mulheres no mundo globalizado, 2004.

DURSTON, J. **Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina** in CEPAL – Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina – Santiago, Chile pp. 55-80, 1996.

FROSSARD, A.C. **Identidade do Jovem Rural Confrontando Com Estereótipos de Jeca Tatu**: um estudo qualitativo com jovens da EFA Rei Alberto I. Universidade de Nova Lisboa – Portugal, Faculdades de Ciências e Educação/Universidade de François Rabelais de Tours – França, Departamento de Ciências da Educação e Formação. Mestrado Internacional em Ciências da Educação: “Formação e Desenvolvimento Sustentável”, 2003, Tese de Doutorado

GARCIA, Jr., A. **A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro**. Estudos Sociedade e Agricultura, 19, outubro, 2002: 40-71, 2002.

GIANORDOLI - NASCIMENTO, I. F. Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000, p.8.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^o Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOGG, M.A., ABRAMS, D., OTTEN, S., HINKLE, S. *The social identity perspective: Intergroup Relations, Self-conception and Small groups*. **Small Group Research**, v.35, n.3, junho de 2004, pág. 246-276.

IBGE. **Pesquisa nacional de amostra de domicílios** 2001: microdados. Rio de Janeiro, 2002.

JQUES, M. da G.. **Trabalho, educação e construção da identidade**. Porto Alegre: PUCRS, 1993.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: Jodelet D, editor. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2001. p. 17-44.

KEHL, M R. **A Juventude como sintoma da Cultura**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org). *A juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LANE, S. e FREITAS, M.F.Q de. *Processo grupal na perspectiva de Ignácio Martin-Baró: reflexões acerca de seis contextos concretos*. **Revista interamericana de psicologia**. Vol 31, nº 2 de 1997, p. 293- 308.

LANE e CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARTÍN - BARÓ, I. ***Accion e ideología. Psicología social desde Centroamérica***, 1983. 8ª ed., San Salvador: UCA Ed., 1997. (Colección Textos Universitarios, Serie Psicología, 1)

_____ ***Psicologia de la liberación***. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MARTINS, H. H.S. ***A juventude no contexto da reestruturação produtiva*** In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Virgínia; SPÓSITO, Marília (org). ***Juventude em debate***. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002

MARTINS, P O; TRINDADE, Z A e ALMEIDA, Â M O. ***O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural***. *Psicologia. Reflexão. Crítica*, vol.16, no. 3, p.555-568, 2003.

MENANDRO, M. C. S., TRINDADE, Z. A. ***Algumas questões preliminares no estudo da adolescência/juventude*** in TRINDADE, Z. A. (2009) et al. ***Juventude, masculinidade e risco- Vitória/ ES: GM, 2009***.

MENANDRO, M. C. S., TRINDADE, Z. A., & ALMEIDA, A. M. O. ***Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002)***. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 55 (1/2), 45-60, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ***Estatuto da criança e do adolescente***: lei federal n. 8.069 de 13/07/1990, Vitória, 1996.

OPS (1998). ***La salud en las Américas*** (Vol. 1). Washington, DC.

PALÁCIOS, M, REGO S, SCHARMM, FR. ***A regulamentação brasileira em ética em pesquisa envolvendo seres humanos***. In: Machado RM, Carvalho

DM, Block CK, Luiz RR, Werneck GL (org.) *Epidemiologia*. São Paulo, Atheneu. 2002. p.465-477.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 2002.

SANTOS, E.L. (2007) **Juventude, formação política e identificação no MST**. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.66 - 79, fev / 2007 – ISSN 1980-

SANTOS, J. de S. **A Questão Agrária no Sul do Espírito Santo e o processo de territorialização no Assentamento Nova Safra**, Itapemirim/ES, Monografia de Conclusão de Curso, 2008.

SARRIERA, J. C., SCHWARCZ, C., CÂMARA, S. G., BEM, L. A., & GANDARILLAS, **Bem-estar psicológico dos jovens porto-alegrenses**. *Psicologia*, 27(2), 79-95, 1996.

SAWAIA, BADER (ORG.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** PETRÓPOLIS: VOZES, 3TMED, 2001.

SILVA, V T. C. **O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida sustentabilidade social e ambiental**. Porto Alegre EMATER/RS-ASCAR, 2007.

SILVA, V.A. **"Eles não têm nada na cabeça...": jovens do sertão mineiro entre a tradição a mudança**. 2000. 189p. Dissertação (Mestrado em Educação) □ Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, V. **Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência**. Cad. CEDES v.22 n.57 Campinas ago. 2002.

SILVA, R. D. M. **É a mesma coisa só que é diferente: Representações Sociais de honra para adolescentes inseridos em contexto de aprendizagem profissional.** Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

SOUZA, L. **Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária.** Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento X Encontro Nacional PROCAD-Psicologia/CAPES Violência e Desenvolvimento Humano: Textos Completos, 2005.

SOUZA, L. e BONOMO, M. Programa de Intervivência Universitária **“Vivendo no mundo rural: educação coletiva e identidade social”** [CNPq/CTA Agro], com o apoio da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social/UFES (RedePso), 2009.

SUDA, J. R. **Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES).** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

TAJFEL, H. **Grupos Humanos e Categorias Sociais vol. I.** Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

_____ **Grupos Humanos e Categorias Sociais vol. II.**
Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

VALENTINI, D. **Fraternidade e assentados.** www.adital.com.br/site/noticia, 2007.
Capturado em 10.03.2011.

VASCONCELOS, J. G. (Org). **Trajetórias da juventude.** Fortaleza: LCR, 2001.

VENDRAMINI, C. R. (Org.) **Educação em movimento na luta pela terra.**

Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2007

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes.** Brasília:

Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

1. Sexo

- a. Masculino b Feminino

2. Quantos anos você tem?

_____ Anos

3. Qual o seu estado civil?

- a. Solteiro(a) b. Casado(a) c. Divorciado(a) d.
Viúvo(a) e. Outro _____

4. Tem filhos?

- a. Sim, _____ filho(s)
b. Não

5. Qual o seu grau de escolaridade?

- a 1ª ao 4ª Ano (Ensino Básico)
b 5ª ao 9ª Ano (Ensino Fundamental)
c. 1º ao 3º Ano (Ensino Médio)

6. Informações sobre família

Membros (grau de parentesco)	Idade	Ocupação	Remuneração

7. Há quanto tempo vive no meio rural?

8. Caso tenha mudado para o meio rural há pouco tempo, o que motivou a mudança?

9. Se você trabalha, quais são as atividades que você executa hoje.

10. Quais as palavras que vêm a mente quando eu falo jovem do MST? Das palavras que você citou, quais julga serem positivas e quais as negativas?

11. Quais as palavras que vêm a mente quando eu falo terra?

12. Quais as palavras que vêm a mente quando eu falo jovem rural? Das palavras que você citou quais, julga serem positivas e quais as negativas?

13. Você acha que tem alguma diferença entre os jovens rurais e os do MST? Se sim, quais são?

14. Quais as palavras que vêm à mente quando eu falo jovem urbano/da cidade? Das palavras que você citou, quais julga serem positivas e quais as negativas?

15. Você já passou por alguma situação preconceituosa que você julga ser devido a sua origem rural?

16. Quais são suas expectativas em relação ao futuro?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada, nos seguintes termos:

Projeto de Pesquisa: Identidade Social e Jovens Rurais

Responsável: Fabricia Rodrigues Amorim Aride

Aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora: Zeidi Araujo Trindade

Justificativa e objetivo da pesquisa:

Considerando que quando se trata da identidade rural, diversas questões são relevantes, pois aliada à escassez de políticas públicas, ao desfavorecimento sócio-econômico, as representações negativas associadas ao homem do campo agravam ainda mais o processo de desidentificação com o modo de vida rural pelos jovens camponeses. Portanto, buscamos a partir desse estudo, verificar os processos identitários que constituem a identidade social de jovens rurais, parte residente em um assentamento, e parte residente em uma cidade do interior.

Descrição do procedimento ao qual os participantes serão submetidos:

Participarão da pesquisa 20 jovens rurais sendo dez participantes de um assentamento do Movimento Sem Terra, e 10 jovens rurais. As entrevistas serão agendadas e realizadas segundo conveniência dos participantes. Mediante o consentimento do participante, a entrevista será gravada e posteriormente transcrita na íntegra.

Alguns dos participantes serão menores de idade, portanto, o termo de consentimento também deve ser assinado por um representante legal.

Benefícios esperados:

Os resultados da pesquisa ficarão disponíveis para o grupo pesquisado. Poderão ser utilizados como subsídios para a implementação de intervenções, divulgados na dissertação de Mestrado da entrevistadora, em congressos científicos e para publicação em periódicos especializados, contribuindo dessa forma para a ampliação do conhecimento que se tem produzido acerca da identidade e de jovens rurais.

Análise de risco e sigilo:

Responder o questionário não acarretará nenhum tipo de risco ou dano físico e/ou psicológico para o participante, bem como nenhum ônus financeiro, pessoal ou moral. Fica assegurado o anonimato do participante através da utilização de pseudônimo.

Nome do (a) responsável
legal: _____

R.G.: _____ Órgão Emissor _____

Nome do (a)
jovem: _____

R.G.: _____ Órgão Emissor _____

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, ____ de _____ de 2011.

APÊNDICE C - PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA

O Programa surgiu em 2005²², vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a meta de escolarização de jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil, que vivem em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores. Atualmente o Programa Saberes da Terra integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e passa a se denominar Projovem Campo – Saberes da Terra.

O Projovem foi instituído pela Medida Provisória nº 411/07, representa um indutor de políticas públicas de juventude nas diferentes esferas e tem por objetivo promover a reintegração de Jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano através de quatro modalidades: I) Projovem Adolescente – Serviço Sócio educativo; II) Projovem Urbano; III) Projovem Trabalhador; e IV) Projovem Campo – Saberes da Terra.

Dessa forma, a escolarização fundamental dos jovens agricultores/as familiares integrada à qualificação social e profissional torna-se uma estratégia político-pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da agricultura familiares do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos sujeitos cidadãos do campo.

²² O descrição do PROJovem CAMPO - SABERES DA TERRA foi extraído na íntegra de um texto produzido pela Equipe Executiva do Projovem Campo – Saberes da Terra, CGEC/SECAD/MEC.

